



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CAMPINA GRANDE

**CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ORIENTADORA: MAGNÓLIA GIBSON C. DA SILVA.**

ROOSEVELT HUMBERTO SILVA

**TURISMO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
CULTURA: O CASO DE CABACEIRAS.**

CAMPINA GRANDE, 2008

ROOSEVELT HUMBERTO SILVA

TURISMO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CULTURA: O CASO DE CABACEIRAS

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em sociologia, para obtenção do título de Mestre.


Orientadora: Magnólia Gibson Cabral da Silva


Campina Grande, 2008

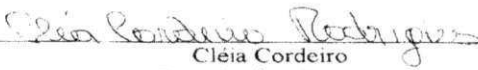
ROOSEVELT HUMBERTO SILVA

**TURISMO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CULTURA: O
CASO DE CABACEIRAS**

Banca Examinadora


Magnólia Gibson C. da Silva
Orientadora


Rodrigo Azeredo Grunewald
Examinador Interno


Cléia Cordeiro
Examinadora Externa

Campina Grande, 2008

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que direta e indiretamente contribuíram para realização dessa dissertação.

Agradeço em especial a minha esposa Shymena Polyne, por tudo.

Agradeço a Raul meu filho pelas noites mal dormidas e dias bem intensos, que ajudou, e muito, na demora da entrega dessa dissertação.

Agradeço a professora Magnólia Gibson, pela paciência e coragem de me orientar, obrigado.

Agradeço aos meus amigos de mestrado que me incentivaram e contribuíam na caminhada até a conclusão do mestrado.

SIGLAS IMPORTANTES

APA- Área de Proteção Ambiental

Embratur – Empresa Brasileira de Turismo

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONG – Organização Não Governamental

PBTUR – Empresa Paraibana de Turismo

PRODER – Programa de Emprego e Renda

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

RESUMO

Essa dissertação tem como tema o turismo. O turismo que pode ser compreendido como um fenômeno constituinte da modernidade, a partir das particularidades da experiência moderna. Atualmente, tem sido uma das atividades econômicas que mais cresce no mundo. Entretanto, independentemente dos aspectos econômicos relacionados ao turismo, há outras dimensões do fenômeno turístico que têm sido investigadas no campo das ciências humanas, onde se encontram diferentes áreas de conhecimento em suas distintas formas de percepção do fenômeno turístico. Ao mesmo tempo, a categoria de análise turismo tem sido problematizada pelos estudiosos, e o tema tem suscitado abordagens mais interdisciplinares. Objetivou-se aqui estudar o turismo rural e sua relação com o desenvolvimento sustentável como forma de inclusão socioeconômica no município de Cabaceiras. Ressaltamos a importância do turismo para o processo de identidade local, na elaboração do discurso voltado para arena turística.

Palavras-chave : turismo, modernidade, desenvolvimento sustentável, autenticidade.

ABSTRACT

This dissertation has as subject the tourism. The tourism that can be understood as a constituent phenomenon of modernity, from the peculiarity of the modern experience. Currently, it has been one of the economic activities that more grow in the world. However, independently of the related economic aspects to the tourism, it has other dimensions of the tourist phenomenon that have been investigated in the field of Sciences human beings, where if find different areas of knowledge in its distinct forms of perception of the tourist phenomenon. At the same time, the category of analysis tourism has been studied for the scholars, and the subject has excited approachs more cross-disciplinary. It was objectified here to study the agricultural tourism and its relation with the sustainable development as form of social economic inclusion in the city of Cabaceiras. We stand out the importance of the tourism for the local process of identity, in the elaboration of the speech directed toward tourist enclosure for bullfighting.

Word-key: tourism, modernity, sustainable development, authenticity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.	12
CAPÍTULO I: TURISMO DA GÊNESE A (PÓS) MODERNIDADE: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA ATIVIDADE TURÍSTICA	19
GRAND TOUR.....	19
TURISMO MODERNO.....	26
EM BUSCA DE UM CONCEITO DE TURISMO	44
TURISMO E AS CIÊNCIAS SOCIAIS	46
CAPÍTULO II: AUTENTICIDADE E INAUTENTICIDADE NA ARENA TURÍSTICA	51
QUESTÃO DO CONTATO INTERCULTURAL E A LEGITIMIDADE DA ATIVIDADE TURÍSTICA	51
CAPÍTULO III: TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	66
TURISMO RURAL	66
O TURISMO E A IDÉIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	68
IV CAPÍTULO: TURISMO E DESENVOLVIMENTO: O CASO DE CABACEIRAS	79
TURISMO NO BRASIL E NO NORDESTE	79
CABACEIRAS: ORIGENS E CARACTERÍSTICAS.....	82
ATIVIDADES TURÍSTICAS EM CABACEIRAS	88
A “Festa do bode Rei”.....	89
O Museu Histórico e Cultural do Cariri paraibano	90
Ação de capacitação da comunidade.....	91
Ação de Apoio à Criação de Empreendimentos Turísticos.....	92
Ambiental.....	94

Econômico	94
Social.....	97
Cultural.....	98
Físico-territorial.....	100
Político-institucional	101
Científicotecnológica	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
BIBLIOGRAFIA.....	110

ANEXO

INTRODUÇÃO

O ato de viajar faz parte da humanidade desde os primórdios; o nomadismo era prática muito comum em muitos grupos. Outras formas de movimentação espaciais foram as migrações, diásporas e exílios, que proporcionaram aos grupos humanos a descoberta de novos modos de vida e de organizações sociais que possibilitaram reelaborações de suas culturas.

As viagens com propósito de lazer e diversão, tiveram início no século 18 com a aristocracia inglesa: diplomatas e comerciantes. Estas viagens, ou “*grand tour*” (URRY, 2001) dos ingleses, estimulam a institucionalização e a oferta de serviços, que contribuíram para disseminação de rotinas, códigos e signos do turismo. A motivação inicial do turismo, o lazer, ainda continua muito forte no imaginário popular, porém a atividade turística tornou-se muito diversificada, passou a ter outras motivações, além do lazer. Entre outras podemos destacar a religiosa, a esportiva, de negócio e a cultural, onde parte do objetivo principal da viagem é conhecer culturas distintas daquela do viajante.

Com o processo de globalização dos meios necessários para viagem, o deslocamento no espaço foi diminuído por meio de um conjunto de experiências codificadas, como por exemplo, um sistema aéreo padronizado, mapas, cartões de créditos, entre outros. Essas medidas aumentaram muito o fluxo de viajantes pelo mundo, proporcionando ampla diversificação de atrações a serem exibidas para os mesmos.

A indústria do turismo, ávida por novidades, com o intuito de explorar comercialmente, vem direcionando parte de seu interesse para um ramo do turismo que está em consonância com os anseios produzidos pela pós-modernidade, o turismo em comunidades “exóticas”, “primitivas”, “excêntricas”, um estilo de vida considerado pelo cosmopolitismo

como sendo a “essência” da civilização. Utilizando este estilo de vida como atração turística, o interesse da indústria do turismo por essas comunidades vem produzindo uma movimentação inusitada nas culturas receptoras, tendo em vista a sua inserção nos roteiros turísticos.

Sendo o turismo uma atividade econômica que tem crescido nos últimos anos, em razão dos resultados obtidos pelo setor, tornam-se necessários estudos sobre os impactos socioeconômicos e culturais que a atividade turística provoca nas sociedades e nos indivíduos.

Nesta dissertação, tomo como unidade de análise o município de Cabaceiras, localizado no semi-árido paraibano, que optou pelo turismo como fonte de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Em Cabaceiras, o tipo de turismo é o turismo rural, aliado ao turismo de eventos.

Rafael Fuentes (apud MARTINEZ e MONZONIS, 2000:10) define este tipo de turismo como: “a atividade turística realizada no espaço rural, composta por uma oferta integrada ao ócio, dirigida para uma demanda, cuja motivação principal é o contato com o entorno autóctone e que tenha inter-relações com a sociedade local”.

A análise do turismo rural aponta, necessariamente, para outra questão crucial, que é a noção de desenvolvimento sustentável, à qual pretendo abordar nesta dissertação, já que todos a ela se reportam, embora seja uma das questões mal resolvidas nos meios acadêmicos, e que provoca ainda muitas discussões.

Um dos objetivos deste trabalho é contribuir para os debates acadêmicos em torno do turismo nas Ciências Humanas, em especial nas Ciências Sociais. Pretendo aprofundar-me na discussão teórica sobre turismo e sustentabilidade, como tentativa de trazer novas contribuições para o tema, pois o estudo sobre turismo nas ciências sociais é ainda muito recente entre nós.

“A antropologia do turismo no Brasil, só começa a se insinuar na metade da década de 1990” (GRUNEWALD, 2003:1), trata-se, portanto, de uma área de recente expansão com amplas possibilidades de contribuição, mesmo para jovens pesquisadores. Por isso, penso que este estudo pode contribuir para discussão das novas formulações teóricas na ampliação do conhecimento a respeito do assunto, bem como, possam ter aplicação prática na comunidade em questão e para o cientista social, preparando-o para desempenhar funções como consultor e auxiliar na elaboração dos programas estatais e privados de turismo para a comunidade local.

Busca-se aprofundar a discussão teórico/metodológica sobre turismo e sustentabilidade, como tentativa de trazer novas contribuições para discussão no campo das Ciências Sociais, assim como, teorias sociais que possibilitem dialogar com o tema. Desse modo, reconstituímos o trajeto histórico das reflexões teóricas sobre turismo, principalmente, no campo da Sociologia, da Antropologia e da Geografia Humana. No tocante à Cabaceiras, busca-se identificar os possíveis impactos socioculturais do desenvolvimento turístico, nos modos de produção, de vida bem como, na cultura, local.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.

O turismo é um objeto de pesquisa muito complexo e tem várias ramificações. Por isso, existem infinitas possibilidades de escolhas para delimitação de interesse no fenômeno turístico.

A sociologia do turismo foi criada com o propósito de tentar entender os múltiplos efeitos provocados pelo turismo. Consoante Steil, as análises sociológicas do turismo buscam penetrar na dinâmica interna do fenômeno, enfocando as dimensões culturais e intelectuais, procurando lançar luzes sobre um conjunto de práticas sociais que estabelecem uma complexa rede de relações onde estão envolvidos diversos agentes individuais e institucionais (STEIL, 2005: 51).

Na década de 1960, a sociologia do turismo teve um grande impulso com as denúncias sobre os impactos sócio-culturais e ambientais do turismo. Nesse sentido destacamos, entre outros as contribuições de Therom Nunez e Boorstin. O primeiro, escreveu sobre impactos do turismo no México (Barreto, 2000; apud. GRUNEWALD, 2003) e o segundo, com um artigo que versa sobre a questão do simulacro (1964 apud URRY, 2001). Este último, defendia a idéia de que as viagens turísticas não proporcionam o encontro com o outro¹

Porém, foi na década de 1970 que os estudos sobre turismo ganharam consistência, o livro “The Golden Hordes” de Turner e Ash (1975) “desenvolve a tese de como o turismo está inserido no centro de um mundo estritamente circunscrito” (apud URRY, 2001: 23), perspectiva parecida com a de Boorstin, cuja a tese é de que nosso mundo é, cada vez mais,

¹ Este assunto será discutido mais detalhadamente no capítulo II.

construído através de uma irrealidade que está entre nós e os fatos reais. Esse aspecto estaria associado às nossas “excessivas expectativas do mundo”. Esse seria um processo cíclico, pois, segundo Boorstin, o esforço para satisfazer nossas expectativas mais extravagantes as tornaria ainda mais extravagantes, e nossas ilusões mais atrativas.

Ainda da década de 1970, outro autor que se dedicou aos estudos do turismo foi Erik Cohen. Ele estabelece uma série de tipologias turísticas, tornando-se o primeiro pesquisador a demonstrar que não se teve falar num turista genérico, mas que é preciso diferenciar os turistas quanto a comportamentos e motivações (Cohen, 1979 apud BARRETO, 2003: 17). Cohen sustenta que não existe o turista enquanto tal, mas uma variedade ou modos de tais experiências turísticas, ou seja, até que os lugares visitados desenvolvam uma ampla infra-, será impossível escamotear boa parte da “estranheza”. Ainda nesta mesma década, sai um livro clássico para os estudos do turismo, “Host and Guest” (1977), organizado por Valena Smith, com artigos de vários autores que discutem o impacto do turismo nas culturas receptoras. Os referidos autores relativizam estes impactos levando em consideração também os fatores culturais.

Na década de 1980 temos o livro “Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens” (1986), de Jost Krippendorf. Esta publicação é muito adotada nos cursos de graduação de turismo, porque tem como finalidade fazer uma descrição didática do turismo, contextualizando historicamente e elaborando tipologias que até hoje são norteadoras das discussões sobre o turismo.

Entre as primeiras discussões mais acadêmicas, nas Ciências Sociais, acerca do fenômeno turístico, temos os trabalhos de Boorstin (1992) e MacCannell (1999), os quais irão se contrapor em torno da seguinte questão: qual é a essência do fenômeno turístico? A

discussão vai girar em torno do problema da “autenticidade” X “inautenticidade” dos atrativos turísticos.

Boorstin e MacCannell levantaram questões centrais da experiência turística e sua relação com a sociedade moderna, ou com a modernidade, questões que continuam como referência no estudo do fenômeno turístico. Permanece, portanto, no debate atual, a questão do significado do turismo: o turista, afinal, buscaria atrativos autênticos e o envolvimento com outras culturas, ou buscaria a cópia, os elementos artificiais que não requerem o envolvimento com a população visitada? Boorstin e MacCannell levantaram questões centrais da experiência turística e sua relação com a sociedade moderna, ou com a modernidade, questões que continuam como referência no estudo do fenômeno turístico. Permanece, portanto, no debate atual, a questão do significado do turismo: o turista, afinal, buscaria atrativos autênticos e o envolvimento com outras culturas, ou buscaria a cópia, os elementos artificiais que não requerem o envolvimento com a população visitada.

No Brasil, a sociologia do turismo só ganha visibilidade na década de 1990. A maioria das publicações sobre o tema são em forma de artigo publicados em coletâneas temáticas e o grande número desses artigos tem como foco de pesquisa os impactos do turismo na cultura, os processos de aculturação e a questão da autenticidade.

Grunewald (2001), foi um dos pesquisadores do tema turismo e autenticidade no Brasil, mostrando como as relações sociais são construídas dentro de uma “arena turística”, que envolve múltiplas ações coletivas e representações – os visitantes, os agentes promotores e os nativos – no ordenamento da atividade, fazendo uma discussão sobre o turismo e as redes de relações geradas por essa atividade socioeconômica

Nosso tema de estudo, portanto é o turismo e a forma como essa categoria vem sendo pensada no campo das Ciências Humanas, em especial, nas Ciências Sociais, frente ao recente *boom* neste setor da economia em termos globais

Para consecução desta dissertação, foram desenvolvidos estudos descritivos, análise de conteúdo, pesquisas bibliográficas e um breve trabalho de campo que incluiu, a observação e entrevistas com informantes chave. A pesquisa bibliográfica, teve como objetivo resgatar conceitos, idéias e contribuições afins e ou com interface ao tema em questão e caracteriza-se, sobretudo, pelo exame das teorias sócio-antropológica sobre turismo em geral e estudos sobre turismo na Paraíba. Foram incorporados elementos científicos relacionados à sistematização do pensamento sociológico aplicado à atividade turística e seus desdobramentos históricos, bem como ao ócio e lazer programados como atividades econômicas emergentes na sociedade contemporânea.

Detive-me principalmente nos estudos bibliográficos por dois motivos. Primeiro, porque na Paraíba quase não existem estudos sociológicos sobre o tema. Daí porque, tomei como foco principal o entendimento da lógica do turismo, não me atendo ao pensamento e aos anseios do turista. Assim, esta dissertação é um estudo voltado principalmente para as questões mais gerais do turismo.

Segundo, por questões financeiras e pessoais, não tivemos condições de realizar um trabalho de campo satisfatório. Com efeito, só tive oportunidade de ir três vezes a campo. Além disso, enfrentei grandes dificuldades de acesso ao material sobre meu objeto de análise. Por todas estas razões, ative-me apenas a uma breve apresentação do Município de Cabeceiras como um lócus relativamente bem sucedido, de opção pelo turístico sustentável como alternativa de desenvolvimento e não uma análise minuciosa e detalhada da refrida experiência. Para tanto, tomamos como base teórica os artigos de Neto & Silva (2007)

intitulado “Atividade turística aliada ao desenvolvimento sustentável em Cabaceiras - PB”, que analisa a recente experiência de desenvolvimento proporcionado pelo turismo no município e região. O referido estudo, procura identificar as representações sociais da população a respeito do turismo, meio ambiente e preservação ambiental, bem como, identificar e caracterizar as formas de organização produtiva efetivadas e os arranjos sociais gestados ao longo dos últimos dez anos com este fim.

Outro estudo que tem como tema turismo em Cabaceiras, é o do professor Dutra, intitulado “Turismo como alternativa de desenvolvimento do semi-árido” (2001), que também estabelece uma relação entre desenvolvimento sustentável e turismo, elencando as infra-estruturas da região e apontando as potencialidades que poderiam ser melhor aproveitadas para implantação do turismo no semi-árido paraibano.

Para uma análise comparativa entre o turismo em Cabaceiras e outros espaços rurais no nordeste, tomei como referência o estudo de Francisco E. M. Brito (2007), que aponta uma mudança significativa na forma de acolhimento e hospedagem na chapada Diamantina (Bahia), onde os moradores têm reagindo negativamente ao crescente turismo de massa e aos impactos desta atividade na cultura local.

O objetivo de nossa análise é enfatizar o turismo rural como vetor de mudança, para mostrar como estas mudanças se refletem na vida e na cultura locais, bem como, verificar, até que ponto a referida mudança está sendo percebida pelos habitantes locais, se estas são perceptíveis aos estudiosos e quão profundos tem sido seu impacto sobre a cultura e a identidade locais.

Nesta discussão não podemos passar ao largo da questão Turismo X Meio Ambiente discorrendo a respeito das possibilidades, ou não, de harmonização entre ambos. Nesse sentido, é fundamental retomarmos a discussão sobre os diversos conceitos de

desenvolvimento sustentável e o estabelecimento de contrapontos entre eles. Para tanto, elencamos os processos e realizações do município de Cabaceiras a partir dos dados encontrados em arquivos do Ministério do turismo, do Estado da Paraíba, da Pbtur, do SEBRAE e do próprio município. Isso inclui, ainda, uma descrição sucinta da proposta de desenvolvimento turístico em Cabaceiras, da infra-estrutura disponível para fins turísticos, bem como, das formas de envolvimento que se estabelecem entre os habitantes locais e os turistas, observadas durante nossas visitas ao local e nas conversas com os moradores.

A metodologia por nós adotada, visa, portanto, refletir sobre o turismo como um processo construído que permitiu, a partir da análise do turismo, evidenciar os caminhos percorridos pelos atores na sociedade Ocidental moderna, até chegar às atuais propostas de desenvolvimento e ao turismo sustentável.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro, “Da gênese do turismo à (pós) modernidade: faz uma análise sociológica da atividade turística”, situa historicamente o turismo analisando o crescimento e os movimentos desta atividade sócio-econômica, buscando definições e penetrando em sua lógica. Nesse sentido, recorro às várias abordagens sobre turismo nas ciências sociais e as maneiras como a atividade tem sido tratada nos meios acadêmicos.

No segundo capítulo, abordo o contato proporcionado pelo turismo, entre a comunidade receptora e os visitantes, analisando o reflexo do mesmo sobre a cultura local. Pensar as questões locais no turismo esbarra na questão do “simulacro” ou “pseudo-eventos” (BOORSTIN, 1964) como elemento intrínseco desta atividade, bem como, a questão da autenticidade / inautenticidade na arena turística. Argumentamos que a cultura é distributiva e que as manifestações culturais expostas na arena turística terminam sendo legitimadas pela

própria sociedade que as envolvem e que os elementos (traços culturais envolvidos) serão, necessariamente, reconhecidos como autênticos.

No terceiro capítulo, discuto especificamente o turismo rural e a idéia da sustentabilidade, analisando mais enfaticamente o turismo rural, que em termos gerais, definimos como uso ou aproveitamento turístico do entorno não-urbano, atendo-se as premissas de desenvolvimento sustentável que é a de gerar efeitos eminentemente positivos. Entre outros; conservação do patrimônio e proteção do meio ambiente levando em conta os conhecimentos locais e incluindo os habitantes como atores culturais e a opção por um gerenciamento local.

O quarto e último capítulo – “Turismo e desenvolvimento: o caso de Cabaceiras” – é o resultado do trabalho de campo, em Cabaceiras a partir de três visitas ao município. Iniciamos o capítulo com a contextualização histórica do turismo no Brasil e no Nordeste, e posteriormente enfocamos sobre o município de Cabaceiras, evidenciando, sobretudo, as mudanças ocorridas na comunidade antes e depois da atividade turística. Detivemos-nos, especificamente, no processo de reconstrução da economia local e nesta, na produção cultural (artesanato, culinária, danças, etc.), voltadas para o mercado turístico. Como Grunewaldo (2003: 05), sustentamos que colocar a cultura como atração turística é um recurso legítimo em vários lugares do mundo como requisito fundamental de uma pós-modernidade ávida pela presença do nativo.

CAPÍTULO I

TURISMO DA GÊNESE A (PÓS) MODERNIDADE: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA ATIVIDADE TURÍSTICA.

O GRAND TOUR

Um novo tipo de viajante surge no século 18 em conexão com as transformações econômicas e culturais na Europa do Iluminismo e da Revolução Industrial. Trata-se aqui não do viajante de expedições de guerras e conquistas, não do missionário ou do peregrino, e nem do estudioso ou cientista natural, ou do diplomata em missão oficial, mas sim do *grand tourist*, “conforme era chamado o viajante amante da cultura dos antigos e de seus monumentos, com um gosto exacerbado por ruínas que beirava a obsessão e uma inclinação inusitada para contemplar paisagens com seu olhar armado no enquadramento de amplas vistas panorâmicas, compostas segundo um idioma permeado por valores estéticos sublimes” (SALGUEIRO, 2002). Um viajante dispendo acima de tudo de recursos e tempo nas primeiras viagens registradas pela historiografia da prática social de viajar por puro prazer e por amor à cultura.

A viagem por prazer, não como um ato isolado por um ou outro viajante mais excêntrico e curioso, mas sim como um fenômeno social, configurando fluxos com origens e, sobretudo, destinos específicos, na verdade começou a assumir seus contornos já ao final do século 17, tornando-se mais e mais freqüente. Tanto quanto é possível traçar, por muitos séculos lugares na Europa vinham atraindo viajantes, mas foi no século 18 que um *tour* continental veio de fato tornar-se parte essencial da educação de todo inglês de posse, e isso prosseguiu por todo o século, sendo interrompido apenas durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), finda a qual os *Grand Tours* foram retomados em escala ainda maior (SALGUEIRO, 2002).

Viagens sempre atraem mais viagens e a ampla convicção de que um grande número de pessoas estava viajando contribuía para ampliar a percepção da importância social do *Grand Tour*, despertando o interesse de novos turistas. Conforme observou Adam Smith, o costume tornava-se cada vez mais freqüente entre as famílias ricas, que mandavam seus filhos viajar para países estrangeiros ainda jovens, para aprender uma ou duas línguas, edificar-se e distrair-se. Ao final do século 17, o turismo era essencialmente praticado por filhos da aristocracia e da chamada *gentry* (pequena nobreza). Mas, aos poucos, essa clientela foi se ampliando, de modo que, ao final do século 18, o *Grand Tour* estava já firmemente estabelecido para os filhos da classe média urbana melhor situada, formada por burgueses prósperos e emergentes do setor de serviços que a indústria indiretamente engendrara (URRY, 2001; BRITO, 2005).

A idéia de prazer no período que observamos envolvia ganhar novos horizontes físicos e culturais, ao menos entre os mais afortunados. À medida que findava o século 18, porém, o turismo ia se tornando cada vez menos uma prática exclusiva dos ricos, crescendo gradativamente o número de turistas menos afluentes viajando pelo Continente. Alguns faziam uma viagem mais curta e menos custosa, e nem todos iam até a Itália, optando por viajar até Paris e os Países Baixos, por exemplo. O verdadeiro *Grand Tour*, porém, envolvia essencialmente, além de uma viagem a Paris, um circuito pelas principais cidades italianas — Roma, Veneza, Florença e Nápoles, nessa ordem de importância.

Se considerarmos as dificuldades envolvidas na viagem devido às precárias condições de superação da distância entre os lugares, chegar até Roma no século 18 era uma façanha absolutamente corajosa. Para os que partiam da Inglaterra, o cruzamento do Canal da Mancha constituía parte realmente crítica da viagem. Ventos, ondas altas e cais precários tornavam o embarque e o desembarque uma aventura aterrorizante, acompanhada por náuseas, vômitos,

sustos e até ferimentos na troca de embarcações maiores por barcos menores, necessários em vista de ancoradouros inadequados para as embarcações de maior porte. “Não havia ainda o navio a vapor no século 18, sendo a travessia do Canal da Mancha feita ainda por embarcações à vela — uma aventura verdadeiramente apavorante para muitos que pela primeira vez em suas vidas estavam vendo o mar e, simultaneamente, tendo de enfrentá-lo” (SALGUEIRO, 2002).

Uma vez atingido o continente europeu, diversas rotas poderiam ser tomadas pelo *grand tourist* cuja meta eram lugares como Hannover, Dresden ou Viena. A mais procurada, contudo, era a que ligava o porto de Calais a Paris. Na verdade, chegar até Paris constituía boa parte das expectativas do viajante cujo sonho não era a França provincial, com suas horríveis estradas e formas modestas de vida, mas sim a grande metrópole parisiense, que podia oferecer todas as aventuras e atividades da vida social e todas as facilidades de conforto, sendo ao mesmo tempo diferente, excitante e cheia de novidades.

Após permanecer por algum tempo em Paris, tempo esse que poderia variar bastante em função das posses do viajante, o destino era então a Itália. O mais comum era tomar a direção de Lion, onde o problema da travessia dos Alpes teria de ser encarado. Na verdade, uma vez em Lion os turistas tinham duas alternativas para seguir em frente rumo ao sul: ou atravessar os Alpes até Turin, ou enfrentar o Mar Mediterrâneo. E nenhuma das duas alternativas era muito animadora. Por mar, havia o risco de tempestades, piratas e o inconveniente de ventos contrários que implicavam atrasos na partida de até mais de um dia. Somavam-se a tudo isso as más acomodações disponíveis nas embarcações, desestimulando a viagem marítima de tal modo que a maioria dos viajantes acabava preferindo viajar por terra, cruzando os Alpes. A rota mais comum de Lion para Turin era passando pelo Monte Cenis, uma passagem totalmente inviável para o tráfego de veículos de roda, sendo por isso

necessário desmontar a carruagem e transportar toda a tralha, inclusive a bagagem, no lombo de mulas, enquanto o viajante era mais provável de ser carregado por robustos carregadores montanheseiros em cadeiras de viagem do tipo de liteiras. “Nesse caso, com um carregador na frente e outro atrás, o *grand tourist* viajava sentado, ... ‘contemplando’ a sublime paisagem alpina” (SALGUEIRO, 2002).

A partir de Turin os viajantes seguiam para as cidades mais procuradas — Veneza, Florença, Roma — por diversas rotas, dependendo dos planos pessoais da viagem, da estação do ano, dos recursos financeiros, do desejo de encontrar amigos e conhecidos, dos interesses e curiosidades pessoais por monumentos, enfim, de uma série de fatores. Os que seguiam para o sul em direção a Roma e Nápoles, e mais para o sul ainda, em direção à Sicília, invariavelmente possuíam um interesse maior por arte, arquitetura e antigüidades. Mas é importante reter que Roma era o ponto alto, o apogeu do *Grand Tour*, com o qual o viajante podia dar-se por realizado. Quando acontecia de não ser atingida a meta de chegar até esta cidade, o viajante podia sentir-se inferior diante de outros que o tinham conseguido. Isto era evitado com todo tipo de sacrifício para que o *tour* não deixasse em hipótese alguma de incluir a capital do antigo Império, sendo tolerados muitos desconfortos e perigos, contidas as despesas e redobrada a paciência com os hábitos locais, tão irritantes para a sensibilidade e exigências de nobres britânicos. O lugar destacado de Roma no *tour* do viajante clássico do século 18 pode ser sintetizado nas palavras de Goethe, que apesar de lamentar a destruição implacável do tempo e da ação humana sobre suas relíquias, maravilha-se totalmente quando chega à cidade:

(...) Noutras partes, tem-se de procurar o que é significativo; aqui, ele se impõe sobremaneira, inundando-nos. Caminhando-se, parando aqui e ali, por toda parte descortinam-se à nossa frente paisagens de todos os tipos, palácios e ruínas, jardins e matas,

amplidão e exigüidade, casinhas, estábulos, arcos do triunfo, colunas, e, com frequência, tudo junto e tão próximo que se poderia desenhar o conjunto numa única folha de papel. Mil lápis seriam necessários para registrá-lo, de nada nos vale uma única pena! E, quando a noite chega, está-se exausto de tanto contemplar e admirar (GOETHE, 1999).

Vencer longos e acidentados percursos integra um elenco de muitas dificuldades em viajar numa época de ainda bem pouca tecnologia nas comunicações. O *grand tourist* não viajava de trem e nem em embarcações a vapor, conforme já o fazia o viajante do século 19, mas sim a pé ou chacoalhando em estradas ruins, sendo conduzido no lombo de animais de carga ou em carroças desengonçadas e carruagens duras. Cavalos eram muito usados e essa forma de viajar envolvia rituais que hoje desconhecemos inteiramente. Os animais tinham de ser trocados entre estações, por exemplo, para seu descanso e alimentação, e por isso as hospedarias onde os viajantes pernoitavam ou permaneciam nos intervalos de cada trecho eram também estábulos para a troca de animais no reabastecimento das carruagens que tinham de seguir viagem.

Muitas vezes guias eram contratados para dar explicações e mostrar pontos de interesse durante paradas para o descanso dos carregadores e dos animais. No percurso de Nice para a Itália, se o viajante optava pela cadeira, cerca de seis a oito carregadores eram empregados, revezando-se ao longo do percurso no sustento da carga da própria cadeira e mais a do "passageiro", o qual poderia pagar um preço extra pelo serviço quando acontecia de estar muito além dos limites de peso tolerados pelos carregadores.

Além das leituras, uma rede de conhecimentos, apoiada em comerciantes, banqueiros, diplomatas, artistas e estudiosos, facilitava a viagem do *grand tourist*. Através dessas redes estruturadas em posições e relações pessoais, e acionadas através de cartas de apresentação, cartas de recomendação, salvos-condutos e bilhetes de amigos e conhecidos, facilidades eram conseguidas como reservas em hospedarias, além de contatos com tipos locais, para servirem

como guias, ou com *connoisseurs*, para que estes abrissem suas coleções particulares de antigüidades à inspeção do viajante. É oportuno lembrar que museus públicos, franqueados à visitação, são um fenômeno do século 19 e produto de uma visão de educação pública que não havia ainda no período que observamos.

No culto ao antigo característico do século 18 a viagem desempenhou um papel muito importante no reconhecimento, assim como na descrição e representação visual de monumentos. Pode-se dizer que foi com os *Grand Tours* que se iniciaram os estudos sistemáticos da ainda embrionária ciência da arqueologia e as primeiras teorizações modernas sobre conservação/preservação de monumentos históricos. Sob o olhar de viajantes que viam no estudo dos antigos o sentido maior de sua viagem, monumentos puderam ser localizados, identificados e estudados, para serem por fim tornados conhecidos do público em obras ilustradas e pioneiras de arqueologia e de história da arte e da arquitetura.

O objetivo do *Grand Tour* de ampliar o conhecimento sobre a história e a arte dos antigos, um hábito aristocrático e altamente em moda, pressupunha a elaboração de um diário de viagem, e, se possível, a ilustração dos monumentos observados (BRITO, 2005). A escrita do diário e a ilustração faziam parte de um ritual metodológico que ia se impondo, cujo ponto alto era a sua publicação, ao retorno do viajante, o que ampliava o conhecimento e despertava o interesse dos leitores para novos projetos de viagem e novos conhecimentos. A publicação conferia também bastante prestígio ao autor, que procurava referir-se a passagens históricas e a textos da literatura clássica para estabelecer relações com o que era visto no ato da viagem, pois isso denotava um saber em moda e compartilhado com o público leitor.

Conforme vimos, fluxos de turismo pela Europa continental no século 18 em direção à península itálica e, mais particularmente, visando à cidade de Roma, se serviram, no início, da rede de comunicações existente para o transporte de correspondência e mercadorias, com o

uso de embarcações e carros postais, postos de correios para troca de animais e estradas existentes para esses serviços. Guias turísticos, também, eram ainda informalmente contratados pelo viajante, individualmente em cada lugar, e os guias impressos que surgiam possuíam ainda a forma de relatos de viagem ou de coleções de vistas de lugares, sem o formato dos guias atuais, bastante informativos e sistematizados em seções específicas para facilitar a consulta. Com o passar do tempo, o turismo aristocrático dos *Grand Tours* foi gradativamente gerando uma infra-estrutura turística voltada ao seu público. Pouco a pouco as atividades de transporte, hospedagem e de guia foram se estruturando em serviços especializados, até se tornarem campos de atuação profissional, conduzidos por "especialistas", como ocorre atualmente (URRY, 2001).

Os diferentes ângulos pelos quais procuramos aqui olhar para os *Grand Tours* do século 18 representam um esforço para que possamos melhor entender não só essa própria época e seu universo cultural, mas também como muitas das práticas e conhecimentos de que hoje dispomos se originaram e desenvolveram. Modas, preferências de gosto, e muita fantasia, projetadas sobre monumentos, arquitetura e paisagens, indicam também quanto a imaginação humana não tem limites, mesmo quando se trata de descrever locais de fato existentes e narrar experiências, sabendo também quão importante é o papel da tradição no repertório e na linguagem, na descrição da experiência humana do mundo real.

Um aspecto que interessa ainda enfatizar diz respeito justamente às observações que fizemos na introdução deste trabalho sobre a essencial diferença no plano da relação lazer/trabalho entre o *Grand Tour* e o turismo de lazer dos dias de hoje. Na verdade, o *grand tourist* era rico, um privilegiado cujas viagens não eram custeadas pelas economias do seu trabalho. Isso, contudo, é bem diferente do que veio a ocorrer com o turista moderno, aquele do chamado turismo de massa que se expandiu na Europa ao longo do século 19 até os dias de

hoje, com muitos "pacotes" para todos os orçamentos, como temos atualmente também no Brasil. A racionalização do tempo na sociedade capitalista moderna criou uma separação entre lazer e trabalho que o *grand tourist* desconhecia, até porque não trabalhava, mas que o indivíduo moderno vive como um dado quase "natural" do seu mundo (SALGUEIRO, 2002). Tornadas acessíveis, em "planos-perfil" bastante variados, as viagens integram hoje quase que obrigatoriamente a pauta do consumo moderno.

TURISMO MODERNO

O entendimento do fenômeno turístico da forma como se pretende caracterizar aqui, implica situá-lo enquanto um fenômeno constituinte da modernidade. O turismo enquanto um fenômeno moderno é tema recorrente na literatura, mas essa perspectiva não é consensual. Nesse sentido, o turismo, como fenômeno presente no mundo contemporâneo, costuma ser considerado um fenômeno moderno, isto é, com origem em certos eventos que configuraram a modernidade, muito embora encontrem-se autores que entendem que a origem do turismo é anterior à modernidade, considerando-se a história das viagens, desde as sociedades antigas, como Grécia e Roma, assim como as transformações delas resultantes como foi exposta acima. Porém que o "turismo de massa" é um fenômeno moderno, que apresenta particularidades que o distinguem do caráter das viagens que precedem as sociedades pré-modernas.

Em linhas gerais, uma das formas pelas quais a modernidade pode ser entendida é o fato de que se trata de uma construção teórica a cerca de um período histórico e do significado dos eventos que o acompanham, desencadeados no Ocidente e pensados a partir de uma ótica ocidental. Trata-se de uma forma de se pensar o mundo, a partir do período Iluminista, no final

do século XVII, desdobrando-se em mudanças importantes como aquelas trazidas pelo processo de industrialização, no século XIX, e idéias vinculadas ao progresso da sociedade.

Entretanto a modernidade não se encontra apenas no plano das idéias, mas também se encontra em formas de ação social. É necessário, porém, num primeiro momento, a distinção entre os termos “moderno” e “modernidade”. Habermas (1984) refere-se à origem da palavra “moderno”, como tendo sido usada, pela primeira vez, em sua forma latina (*modernus*), ao final do século V. Naquele momento, tratava-se de se distinguir o cristianismo de um passado romano pagão, aparecendo, nessa situação, a comparação de um “presente” e de um “passado”, de um “velho” e de um “novo” conteúdo (HABERMAS, 1984).

O contraste entre o velho e o novo, o presente e o passado, caracterizando o que é moderno, estendeu-se à concepção de modernidade. O moderno diz algo sobre a modernidade, mas esta vai além do entendimento do que seja moderno. Segundo Baudrillard (1985) o adjetivo “moderno” tem uma história mais longa do que o adjetivo “modernidade”.

Enquanto é comum, em diversos contextos culturais, a distinção entre antigo e moderno, a modernidade não se encontra em toda a parte. Baudrillard refere-se a uma concepção de modernidade enquanto um modo de civilização que se difunde a partir do Ocidente e que se opõe à tradição. Acrescenta ainda que a modernidade, enquanto um conceito, implica renovação contínua, tendo conteúdos e formas estáveis, enquanto um sistema de valores.

Cronologicamente, a modernidade iniciou-se na Europa, depois do século XVI, e encontrou sua forma acabada no século XIX (BAUDRILLARD, 1985). Nesse período, encontram-se mudanças fundamentais, como o Renascimento, o Iluminismo e a Revolução Industrial. São mudanças de caráter cultural, filosófico, político e tecno-científico.

No decorrer dos séculos XVII e XVIII, durante o movimento Iluminista, a modernidade é uma idéia, mas não ainda um modo de vida (BAUDRILLARD). Seu significado, portanto, é também ideológico. Assim, afirma também Baudrillard que as ideologias são expressões da modernidade, ao mesmo que tempo em que a modernidade é ideológica.

Touraine (1993: 33), em relação aos aspectos ideológicos da modernidade, refere-se à concepção de progresso, que aparece como “ideologia central das novas elites”, da Europa e da América, e acrescenta que “[...] ao mesmo tempo, foi constantemente um instrumento ‘revolucionário’ de destruição de ‘Antigos Regimes’, e um meio de submeter categorias tradicionais ou irracionais — especialmente trabalhadores, povos colonizados, mulheres e crianças — à norma de uma elite esclarecida, masculina, burguesa, ocidental”.

A modernidade também implica, portanto, formas específicas de dominação social. A natureza também não escapa desse processo, fundamentalmente ligado às questões tecnocientíficas, cuja lógica é marcada pelo desenvolvimento produtivo (BAUDRILLARD, 1985). Baudrillard identifica, enquanto lógicas da modernidade (que prefere escrever com “M” maiúsculo), as concepções tecnocientífica, política (relativa ao Estado Moderno), psicológica (consciência do indivíduo como ser autônomo) e temporal (um tempo linear, entre passado, presente e futuro).

De acordo com Anthony Giddens (2002), a modernidade é também um termo que pode se referir a um conjunto de instituições e formas de comportamento surgidos, na Europa, após o feudalismo e que se disseminaram mundialmente, ao longo dos séculos. Giddens aponta que a modernidade apresenta diferentes dimensões, tais como o industrialismo e o capitalismo, “[...] enquanto sistema de produção de mercadorias que envolve tanto mercados competitivos de produtos quanto a mercantilização da força de trabalho”. O Estado-nação também é um elemento importante a ser considerado. Além disso, Giddens (2002: 21) distingue essas

dimensões das instituições de vigilância, entendida como “[...] o controle e supervisão de populações submissas, assuma esse controle a forma de supervisão ‘visível’, no sentido de Foucault, ou do uso da informação para coordenar atividades sociais”. À medida que a modernidade se traduz, também, em formas de comportamento, ela é também formas de se experimentar o mundo, ou seja, as pessoas, através do seu corpo e mente, experimentam e compartilham sensações as mais diversas, mas que são distintas das experiências em contextos pré-modernos. Nesse sentido, a modernidade é paradoxal, pois coloca aos seres humanos experiências ambíguas.

Nesse sentido, portanto, a modernidade passa por dimensões desde psicológicas à políticas de organização da sociedade. Essas diferentes dimensões ou lógicas são permeadas por processos racionais. A racionalidade também aparece como elemento constituinte da modernidade, embora essa seja uma questão não consensual entre os estudiosos. Em Touraine (1993), apresenta-se a caracterização da modernidade como “progressivo triunfo da razão sobre as tradições, da ação científica ou tecnológica sobre sistemas de controle social e cultural, do universalismo sobre o particularismo e da produção sobre a reprodução” (TOURAINÉ, 1993 : 32).

A modernidade, em sua visão, define-se através do combate ao que se considera irracional, seja na forma de costumes, seja na religião, dentre outros aspectos (ibid). Cabe, porém, considerar que Touraine não afirma que o racionalismo seja um elemento representativo da modernidade. Na verdade, ele procura demonstrar que a racionalização apresenta vários elementos e se expressa de formas diversas, em diferentes períodos, particularmente, no século XIX, na visão de filósofos e cientistas sociais.

É através dessas discussões que, segundo o autor, o conceito clássico de modernidade vai sendo decomposto, discussões estas que incluem o papel da Sociologia nesse contexto, através

de tentativas de resgate de uma unidade entre a dualidade, objetividade/subjetividade, e entre sistema e ator. Mas abandonar o conceito de modernidade e utilizar a idéia de “pós-modernismo” é insatisfatório para ele. É mais útil, conforme Touraine (1993), reexaminar a concepção de modernidade e criticar a identificação de modernidade com racionalidade. Para ilustrar essa crítica, o autor resgata aspectos históricos, como os conflitos entre poder espiritual e temporal e o desenvolvimento paralelo entre Renascimento e Reforma. A modernidade, então, segundo Touraine, implica processos complementares e conflitantes entre racionalização e subjetivação. A racionalização é aqui entendida como objetivação — “objetivo comum para todos os atores de uma sociedade moderna.” Por outro lado, segundo Touraine, o sujeito vive a oscilar entre o pessoal e o coletivo.

Zigmunt Bauman (1999b), por outro lado, enfatiza a questão da racionalidade na organização da modernidade, identificando modernidade com racionalidade. Para ele, a configuração de uma ordem racional é um dos atributos centrais da modernidade. Porém Bauman não nega, que nessa racionalidade, também não esteja presente o aspecto irracional.

A modernidade, então, produz uma ordem que, ao mesmo tempo, produz elementos não previstos ou desejáveis, reproduzindo, assim, seu caráter ambivalente. O resultado desse processo é visto por ele como “refugo” da modernidade. São seus “efeitos colaterais”, como diz Bauman (2005), inevitáveis na construção da ordem. A irracionalidade e o caos são “refugos” da modernidade. O “refugo” compõe-se tanto de objetos como de pessoas.

A construção da ordem subentende beleza, no sentido de limpeza e ordem (BAUMAN, 1998). Como esses elementos não estão dados naturalmente, é necessário um esforço para produzi-los. Nesse contexto, Bauman refere-se à “sujeira” como aqueles seres humanos, “outros”, que podem impedir a devida “organização do ambiente”. Ele enfatiza os aspectos da ordem e desordem sociais, configurados pelo território físico, e as relações que ele comporta,

em função dos deslocamentos humanos. Por isso, é destacado, por ele, que a chegada de um estranho em certa localidade traz um verdadeiro impacto que desestrutura a segurança da vida diária.

O “estranho” de Bauman assemelha-se às considerações tecidas por Georg Simmel (1983) sobre o “estrangeiro”. Ser estrangeiro, de acordo com Simmel, pressupõe uma viagem anterior, mas ele não se refere ao viajante que logo parte, mas àquele que fica. A viagem está sempre presente para o estrangeiro, pois Simmel considera que ele é um viajante em potencial: ele chega e fica, mas sem superar por total a liberdade de ir e vir. O estrangeiro também une a proximidade e a distância, que faz parte de toda a relação humana, isto é, ele está próximo e distante ao mesmo tempo. Simmel considera essa uma relação positiva, por ser uma forma de interação, pois o estrangeiro é um elemento que está em algum grupo. Nele está presente a objetividade, o que envolve não só a distância e a proximidade, como a indiferença e o envolvimento. Envolve um tipo específico de participação através da “objetividade”.

Nesse sentido, a modernidade estruturada como tal, entre os séculos XVI e XIX, já não mais se constitui do mesmo modo. Há um consenso na literatura de que, a partir da segunda metade do século XX, pode-se falar de uma outra modernidade. O que não é consensual é a continuidade da utilização do termo “modernidade” para descrever essas mudanças que se apresentam na sociedade contemporânea. Desse modo, a fim de expressar um processo de descontinuidade da modernidade, configurando-se numa nova etapa nas sociedades contemporâneas, aparece a utilização do termo “pós-modernidade”.

Nesse contexto, assim como a modernidade simboliza um “antes” e um “depois”, demarcando sua existência como “modo civilizatório” — expressão utilizada por Baudrillard (1985) —, seu próprio desenvolvimento também levou os analistas a uma divisão entre um “antes” e um “depois” na modernidade, a partir de certos eventos por ela desencadeados. Não

se pretende, contudo, discutir a utilização do termo “pós-modernidade”. Entende-se que ele tem sido usado para representar a descontinuidade da modernidade, através de processos de ruptura. Nesse sentido, não se compartilha aqui da perspectiva de “ruptura”, enquanto leitura explicativa do contexto contemporâneo. “Modernidade”, portanto, é um termo ainda válido para explicar a condição atual vivenciada por várias sociedades.

Para explicar as condições contemporâneas da modernidade, estudiosos têm-se referido às relações espaço-temporais como eixo para o entendimento dessas novas condições. Na modernidade contemporânea, chamada sociedade pós-tradicional (alta modernidade ou modernidade tardia) para Giddens, ou pós-moderna para Bauman, supermodernidade, a questão do espaço-tempo, em torno do movimento, fluxos e deslocamentos humanos têm papel fundamental. Uma das formas pelas quais Anthony Giddens se refere à modernidade são as formas particulares que assumem a organização do espaço e do tempo. Ele afirma (1991) que a modernidade apresenta como característica essencial uma “natureza dinâmica”, na qual, uma das fontes de seu dinamismo seria a relação espaço/tempo.

Para Giddens (1997), a fase de globalização, que passou a predominar a “ação à distância”, com a reestruturação do espaço, onde a “[...] ausência predomina sobre a presença”. A globalização, de acordo com o autor, é um dos aspectos da condição contemporânea que marca mudanças na dinâmica da modernidade. Para Giddens (1991), “[...] a modernidade é inerentemente globalizante”. A globalização é definida por Giddens “[...] como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (GIDDENS, 1991: 69).

A globalização, nesses termos, é entendida a partir das relações espaço-temporais, onde a dimensão do “lugar” é reestruturada. Em Bauman (1999a), aparece o uso do termo

“glocalização”, a partir das análises de Roland Robertson. Bauman define esse termo referindo-se a um processo de concentração de riqueza permeado de possibilidades de escolhas. Essas significam “*concentração da liberdade de se mover e agir*”. Bauman destaca, nesse processo, situações nas quais os indivíduos experimentam formas distintas de relação com o espaço onde se encontram, comparando as noções de “próximo” e “longe”. “Próximo” é um espaço onde o indivíduo se sente à vontade, não se sente perdido; “longe” já é o “[...] espaço que contém coisas sobre as quais pouco se sabe, das quais pouco se espera e de que não nos sentimos obrigados a cuidar” (1999: 20). Disso, pode-se deduzir que essas diferenças geram, nos indivíduos, sentimentos e valores diversos, como “sentir-se em casa”, “não se sentir em casa”, ou sentir-se estranho e identificar-se com o lugar e dele cuidar, ou não se identificar com o lugar e com ele não se comprometer. É possível, a partir disso, discutirem-se questões éticas que Bauman explicita em alguns momentos.

Giddens, por outro lado, remete essas questões à possibilidade de uma “reflexividade”, questão relacionada ao conjunto de processos que são identificados pelo fenômeno da globalização, que, para o autor, reflete mudanças significativas no desenvolvimento da modernidade, estando presentes em nossa contemporaneidade, enquanto “modernidade tardia”. Não se trata de uma ruptura sinalizada por eventos específicos. A reflexividade significa a avaliação constante das práticas sociais “[...] reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter” (GIDDENS, 1991: 45).

A mobilidade tem sido um eixo de análise das condições contemporâneas da modernidade. Bauman, nesse sentido, utiliza-se de algumas metáforas. Uma delas se refere à figura do “turista”, contrapondo duas condições resultantes dos novos processos de

mobilidade: “turistas versus vagabundos”. A outra metáfora serve para comparar as fases de desenvolvimento da modernidade, quais sejam: uma fase “sólida” e uma fase “líquida”.

Em “Modernidade Líquida” (2001), Bauman procura descrever a condição moderna contemporânea, que, metaforicamente, se apresenta por sua “liquidez”. A idéia de “liquidez” traduz a experiência contemporânea da modernidade, no sentido de se ter que lidar com situações escorregadias e efêmeras, isto é, o que é líquido não pode ser retido em nossas mãos, o que é líquido é escorregadio e fluido.

Ao iniciar essa discussão, Bauman compara os líquidos e os sólidos em torno de suas propriedades físicas. O líquido está associado ao conceito de “fluidez”, que “é a qualidade de líquidos e gases”. O conceito é tomado da Enciclopédia Britânica e nele aparece a característica de mutabilidade, onde “o material sob pressão deformante” constitui-se enquanto fluxo, propriedade dos fluidos. O sólido, ao contrário, sob a mesma força/pressão, mantém-se em sua forma original.

No sentido figurado, a fluidez, enquanto qualidade do que é fluido, significa aquilo que “é espontâneo, fácil, natural” (FERREIRA, 1995). É nesse sentido que Bauman destaca o caráter da “modernidade líquida”. Ele se utiliza do termo fluidez para representar, metaforicamente, “o estágio presente da era moderna”.

Os fluidos têm uma relação com o espaço e com o tempo que não é fixa, posto que não mantêm uma forma constante e estão sempre aptos a mudá-la. Importa mais, para eles, o tempo do que o espaço, o qual preenchem por pouco tempo. Nos sólidos, ao contrário, o espaço é mais importante. Por sua extrema mobilidade, os fluidos são associados à idéia de leveza. Afirma Bauman: “Associamos ‘leveza’ ou ‘ausência de peso’ à mobilidade e à inconstância: sabemos pela prática que quanto mais leves viajamos, com maior facilidade e rapidez nos movemos” (BAUMAN, 2001: 8).

Retomando-se os pontos comentados até aqui, partiu-se da caracterização de elementos constituintes da modernidade para se reconhecer o turismo como fenômeno moderno, cuja caracterização virá à seguir. Se considerarmos o turismo como uma experiência moderna, cabe tratar a modernidade como formas particulares de se experimentar ou experienciar o mundo, tratando-se da identificação da modernidade, situada historicamente, em como ela se constitui enquanto um conjunto de idéias e práticas, marcada por instituições e padrões de comportamento, mecanismos de controle social e processos de mercantilização da vida social. Esses processos configuram formas específicas de se experimentar o mundo, no sentido da relação das pessoas com o tempo e o espaço. Essas relações implicam ambigüidades que envolvem a racionalidade e as emoções/sentimentos. A modernidade também é dinâmica e reorganiza constantemente as experiências humanas, mas esse processo não pode ser totalmente controlado por padrões de racionalidade.

A referência ao turismo como fenômeno moderno implica entendê-lo como experiência particular da modernidade, distinta das viagens. Assim, toda forma de turismo pressupõe a viagem enquanto deslocamento físico, mas nem toda viagem é uma experiência turística.

O deslocamento humano por diferentes territórios geográficos e culturais faz parte da história da humanidade, tendo-se relatos de viagens desde as chamadas “primeiras civilizações”, no período conhecido como Antigüidade. Entretanto, pode-se considerar a viagem como uma dimensão do ser humano, por não implicar apenas o deslocamento geográfico, mas por envolver motivações que não se limitam à necessidade de sobrevivência.

O turismo aparece, nesse quadro, como um elemento da modernidade. Sendo a relação espaço/tempo importante eixo da caracterização da sociedade moderna, o deslocamento físico, através das viagens, aparece como um de seus aspectos dinâmicos e fundamentais. Enquanto prática social desencadeada por dadas condições tipicamente modernas, temos a organização

da atividade turística, configurada em função do deslocamento físico por um determinado período de tempo.

O turismo é hoje sem sombra de dúvidas uma das maiores, se não a maior, indústria do mundo, chegando a movimentar algo em torno de US\$ 8 trilhões em 2003, empregando cerca de 350 milhões de pessoas no mundo, segundo dados da Organização Mundial de Turismo (OMT).

O início da movimentação turística moderna coincide com o desenvolvimento da sociedade industrial, mas o surgimento de turismo de massa ou turismo moderno foi observado a partir da década de cinquenta do século passado (KRIPPENDORF, 2000).

Muitos fatores contribuíram para o crescimento da atividade turística, destacando-se, em especial, as melhorias de vida da população, europeia e norte americana, em que ao mesmo tempo os trabalhadores através de lutas, conquistaram a redução da jornada de trabalho e o direito a férias. Conforme Steil : "O direito ao lazer e as férias foi incorporado ao cotidiano dos trabalhadores e se tornou uma característica do cidadão moderno, que à associa diretamente à saúde e ao bem estar"(STEIL, 2002: 54). Santana (1997) citado por Brito (2005) coloca que:

"A popularização da viagem, dos ócios com muito sol, areia e diversão, profetizam um mundo unido na democracia e no consumo, no qual todas as pessoas poderão aproximar-se temporariamente do estilo de vida das elites sociais, compartilhando com estas os mesmos destinos e desfrutando os mesmos, prazeres, além de sentir volúpia de estar ali com um desejo notório de distinção, deixando para trás o ritmo da cadeia de montagem e da industrialização" (SANTANA, 1997 apud BRITO, 2005).

Outros fatores que contribuíram, para o aumento desta atividade foram os avanços tecnológicos na área de transporte e comunicação, tornando o mundo um pouco menor. "..., a indústria desenvolveu, em nosso benefício, veículos que verdadeiramente colocaram em marcha a sociedade 'auto-móvel'. O carro e , em menor escala, o avião introduziram a revolução do lazer móvel" (KRIPPENDORF, 2000: 15).

Sendo que não foram apenas os avanços tecnológicos que motivaram o desenvolvimento do turismo; atrelado a isso houve, também, o incremento da ideologia do consumo e o tempo livre dos trabalhadores passa a ser um elemento altamente visado pelo sistema capitalista. No qual a idéia de viajar vem sendo penetrada de tal forma na mente do homem moderno que, cada vez mais, se fortalece como uma conquista, um direito, uma possibilidade, um consumo. Coriolano afirma que: "que a viagem é hoje um dos grandes consumos criados no contexto da sociedade através dos meios de propagação em massa" (CORIOLANO, 1998: 30). O capitalismo responsável pela intensificação do ritmo de trabalho logo transformou o tempo livre em mercadoria, criando assim a necessidade de viajar, porém não é toda viagem que se configura uma atividade turística.

Em 1899, Thorstein Veblen publicou a obra "A Alemanha imperial e a revolução industrial: a teoria da classe ociosa", centrada na crítica do sistema econômico moderno, bem como das correntes dos pensamentos capitalista e marxista, por considerar a análise essencialmente economicista e desprovida das dimensões psicológicas e sociológicas que envolvem a condição humana.

Destaca ainda o conflito presente e cada vez mais visível, entre as forças predadoras e construtivas que integram o tecido social, derivada da competição de riquezas ou a emulação pecuniária, bem como as mazelas decorrentes de modelo que reforça e amplia de maneira progressiva a hegemonia de restritos segmentos.

O trabalho como sinônimo de castigo ou tortura está relacionado a origem e acepção do substantivo *tripalium*, no latim, representativo de peça empregada para amarrar os condenados em sociedade.

O homem, em sua trajetória como espécie, experimentou momentos distintos de trabalho, relacionados às tecnologias empregadas, as aspirações de consumo e acumulação

derivadas de seu comportamento coletivo, seja no exercício da caça, pesca e coleta de frutos (primitivo), na produção de ferramentas e utensílios, cultivo da terra, domesticação e criação de animais (sedentário), no uso de máquinas e equipamentos para ampliação da produção (industrial).

Em cada momento da trajetória do homem como espécie, ocorre a manifestação do trabalho como ação para sobrevivência, reprodução e acumulação de meios e insumos, sendo que o exercício da atividade laboral com maior ou menor intensidade foi e é decorrente da condição social frente ao contexto.

Na Antigüidade e Idade Média, o trabalho era atributo dos escravos e servos, na medida em que representava condição de seres inferiores e embrutecidos no tecido social; durante a alta Idade Média e início da Idade Moderna, os mercadores burgueses formam riquezas através do comércio de produtos do oriente, originando a formação do pensamento capitalista e nova concepção do trabalho.

O uso de serviços especializados denota sinais de prestígio e conspiciência no âmbito social. Na Grécia antiga, o trabalho era considerado um ato desprezível e afeto aos homens desprovidos de liberdade, ao passo que a prática de atividades corporais e jogos de inteligência, com total autonomia e flexibilidade, era atributo dos homens livres (LAFARGUE apud DE MASI, 2001).

Na Antigüidade as atividades lúdicas estavam relacionadas aos vínculos sociais e comunitários, ao passo que nas sociedades pré-industriais se confundem com as do cotidiano, os ritos religiosos ou mesmo de natureza cultural.

Na obra “O direito à preguiça”, enquanto contribuição à edificação de política econômica, Lafargue destaca o ócio como condição essencial ao resgate e manutenção do equilíbrio físico

e mental do homem, e o contrapõe a outros direitos, sem negar o trabalho (apud DE MASI, 2001).

O redimensionamento de suas práticas, em sociedade, caracteriza-se como grande desafio educativo para todos os atores sociais, considerando que a classe trabalhadora sempre esteve condicionada ao excesso de trabalho e ao não consumo, enquanto que a classe ociosa ao não trabalho e excessivo consumo (DE MASI, 2001).

A apropriação do trabalho não pago possibilita a formação da riqueza e o caráter hegemônico de quem a controla, no âmbito da sociedade, bem como o desfrute das benesses e facilidades advindas da mesma. “[...] Os gostos refinados, as boas maneiras e os hábitos requintados de vida dão sinal útil de bom nascimento, porque a boa educação requer tempo, esforço e dinheiro, estando fora do alcance dos que têm todo o seu tempo e energia ocupados com o trabalho” (VEBLEN, 1980: 39).

Para Veblen (1980), o não envolvimento com o trabalho e a acessibilidade ao consumo seriam os indicativos de riqueza na sociedade moderna. O ócio confere respeitabilidade frente a sociedade, inclusive quando materializado em façanhas e conquistas que o referendam.

A respeitabilidade derivada do ócio, do uso permanente do tempo em atividades não produtivas, denota o desfrute da vida sem dificuldades no conforto, o não trabalho e envolvimento direto com processos industriais de reprodução, tendo o olhar e ocupação centrados em atividades lucrativas (VEBLEN, 1980). Durante a Idade Média, os nobres distinguiam-se, inclusive, pela condição de controlar o seu tempo para caçadas ou participar de confrontos bélicos com objetivo de ampliar sua hegemonia territorial. Enquanto atores sociais da história, em sua condição de permissividade, a classe ociosa estimulou, inicialmente para seu desfrute, o cultivo das artes, literatura, atribuiu requinte nas relações entre os homens

e sistematizou as filosofias e os saberes, no Ocidente e Oriente, deixando sua contribuição à humanidade.

Na Era Industrial, o uso exaustivo da força de trabalho humano ganha forma similar ao processo escravista, fruto de nova ordem no seio do tecido social, possibilitando a poucos a privatização dos resultados coletivos.

O trabalho como elemento de subordinação e sujeição social, a riqueza como condição de efetividade e o ócio como indicativo da diferenciação são linhas mestras da obra de Veblen (1980), que sustentam a crítica aos modelos de produção capitalista e marxista.

A subordinação a um senhor, através do trabalho, reforça a condição inferior, o caráter predador nas relações sociais, privando o homem de sua autonomia como sujeito. Para Veblen (1980), ao alienar seu trabalho como mercadoria de troca, o homem fica privado de sua autonomia como sujeito, nas dimensões temporal e espacial.

[...] o criado bem treinado não somente é útil a seu senhor, por satisfazer o seu gosto instintivo pelo serviço bem feito e acabado e a sua inclinação para dominar os que dele dependem, como também por demonstrar a sua capacidade de usar serviço humano muito mais custoso do que o representado pelo ócio conspícuo e real de um indivíduo sem treino (VEBLEN, 1980, p.44).

Para De Masi (2000), a sociedade industrial originou a oferta de múltiplas e diversificadas alternativas de consumo de bens e serviços, possibilitando o atendimento das inúmeras necessidades dos homens, inclusive as de natureza supérflua, melhorando a qualidade de vida associada de segmentos sociais e disponibilizando maior tempo livre aos homens, o qual necessita ser organizado de maneira científica.

O lazer, enquanto tempo fora do trabalho, fruto das conquistas sociais e legais, está diretamente relacionado ao mesmo e caracteriza-se por sua dimensão fugaz, requer autonomia, flexibilidade e total isenção de atividades produtivas no âmbito familiar ou funcional. Em

inúmeras camadas da sociedade, nos países desenvolvidos ou não, os homens não conseguem dominar o tempo livre, na medida em que não dispõem de renda suficiente para atender as necessidades básicas de consumo de suas famílias e se vêem obrigados a procurar atividades produtivas complementares, abdicando do que seria o seu tempo sem trabalho (DUMAZEDIER, 1974).

Numa sociedade de mercado, cujo acesso aos bens tangíveis e intangíveis está condicionada a disponibilidade de renda e tempo livre, qual o grau de autonomia dos segmentos reprodutivos, mesmo fora do trabalho? Nos países cuja renda é concentrada nas camadas superiores dos estratos sociais, que alternativas de lazer, com autonomia e flexibilidade, encontram-se disponíveis e acessíveis aos segmentos que integram a classe trabalhadora e sustentam a base da pirâmide?

Enquanto momento fora do trabalho, o lazer foi interpretado como “[...] espaço que possibilita o desenvolvimento humano”, segundo Marx, “[...] tempo que permite as composições livres”, segundo Proudhon, “[...] a possibilidade de desenvolver a astronomia popular”, segundo Conte (apud DUMAZEDIER, 1976).

O lazer integra o sonho dos homens, assim como a longevidade e a maior liberação do trabalho (DE MASI, 1999). Lazer é o adicional de tempo com autonomia que o trabalhador conquista, com possibilidade de alterar momentaneamente suas atividades fisiológicas como comer e dormir (BOULLÓN, 1995).

A sociedade industrial caracteriza-se pela organização e racionalização do trabalho, escola, sociedade, do tempo livre e lazer, demandando espaços, estruturas e serviços de suporte específicos ao seu funcionamento (DE MASI, 2000).

A oferta de estruturas e de serviços para atender as demandas de consumo no tempo sem trabalho-lazer-atribuem ao mesmo a condição de mercadoria. “[...] as agências comerciais

vendem o sol, a aventura, a expatriação sob as formas mais padronizadas possíveis, a fim de atrair o máximo de clientes, com uma despesa mínima a um benefício máximo” (DUMAZEDIER, 1974, p.93).

Através de mecanismos legais e institucionais, as organizações de produção se apropriam do tempo de não trabalho de seus colaboradores, ofertando estruturas e mecanismos de recreação que reforçam a extensão da imagem corporativa e privam o trabalhador da autonomia no seu tempo livre (GALBRAITH, 1986 *apud* DUMAZEDIER, 1974).

A busca e conquista da eficiência no âmbito das organizações de produção, ou seja, com menos produzir mais, exige que a maioria dos homens viva exclusivamente em função do trabalho e que muitos outros trabalhem apenas para sua reprodução, de modo que alguns vivam do fruto do trabalho de todos.

Na sociedade industrial, a cultura de massas transforma o lazer em mercadoria e o distribui através de estilos padronizados e indutivos que com relativa frequência privam o homem da autonomia e flexibilidade no seu tempo sem trabalho.

Os espaços e as estruturas de lazer são organizadas e mantidas segundo princípios mecanicistas de produção e distribuição, com padronização e freqüente impessoalidade na prestação de serviços, nos transportes, na hospedagem, alimentação, recreação etc., conferindo ao sujeito a condição de objeto que integra a massa. Os momentos de comunhão coletiva, representados pelo cultivo e difusão dos valores culturais, no seio do tecido social, são transformados em neg(ócio) e reduzidos em meros espetáculos para não residentes (DUMAZEDIER, 1974; MORIN, 1975).

A organização de atividades lúdicas de forma padronizada, a apropriação das mesmas sob a dimensão de negócio e a distribuição na modalidade de bens e serviços coletivos, em

busca de economias de escala, torna o homem um sujeito passivo e espectador do processo, privando-o da condição interativa (RUSSELL apud DE MASI, 2001).

Qual é o grau de flexibilidade que as estruturas padronizadas de lazer possibilitam aos homens, no período de não trabalho, garantindo sua participação ativa no processo? O grande desafio aos agentes que atuam no neg(ócio) é organizar, comercializar e distribuir experiências e vivências originais e distintas do cotidiano, que permitam momentos ativos de lazer, bem como o resgate de dimensões esquecidas na sociedade e mercado, como o silêncio, a autonomia, a segurança e a vazão da criatividade individual e coletiva, em harmonia com o meio (DE MASI, 2000).

No tempo de não trabalho, o homem busca experiências distintas do seu cotidiano, em espaços diversos que possibilitam conhecer novas culturas, desfrutar de atividades lúdicas, recreativas e “[...] sua vida se torna uma grande brincadeira, brinca de ser camponês, pescador, lenhador, luta, corre, nada [...]” MORIN, 1975, p.61).

O acesso às oportunidades de “brincar” de camponês, pescador, lenhador, acaba por estar restrito a reduzido segmento da sociedade provido de renda e autonomia para optar pelas alternativas disponíveis, seja no locus de seu habitat ou em outra parte do planeta que tenha incorporado o neg(ócio), através da economia do turismo (MORIN, 1975).

O não trabalho, a disponibilidade da riqueza como condição de efetividade e o acesso ao ócio como elemento de diferenciação, caracterizam atributos de restrito segmento do tecido social presente e visível na sociedade de mercado, com interface na atividade turística como neg(ócio).

EM BUSCA DE UM CONCEITO DE TURISMO

Definir o que é turismo é um exercício um tanto complexo, porque, segundo Ponteies (2000), as bases teórico-metodológicas do turismo ainda estão sendo construídas, verificando-se múltiplos conceitos.

Boorstin (1992) resgata a origem da palavra “viagem”, diferenciando o viajante do turista. Na origem, a palavra “viagem”, em inglês, “travel”, significa (na forma do inglês antigo) o mesmo que trabalho, problema ou tormenta. Na palavra em francês, *travail*, derivada de uma popular palavra latina – “trepalium”, a palavra “viagem”, tem sua origem associada a um instrumento de tortura. Nesse sentido, *travel* implicava em algo laborioso e, desse modo, o viajante era um homem ativo, laborioso, que “passava trabalho”, como se diz no senso comum. No século XIX, passou-se a usar, no inglês, a palavra *tourist*, que, no dicionário norte-americano contemporâneo, se refere a pessoa que viaja com prazer, ou por prazer. A palavra deriva do latim e do grego, em particular.

A partir desses elementos, tendo-se em vista a origem do fenômeno turístico, encontram-se, entre os estudiosos do turismo, variadas concepções de turismo, embora aspectos comuns possam ser encontrados. Entretanto há definições de caráter “institucional” que visam avaliar o movimento de turistas no mundo. A referência, neste sentido, é a definição da Organização Mundial do Turismo (OMT).

Segundo a OMT, o turismo pode ser definido como: “[...] as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadias em lugares distintos do seu ambiente habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com fim de ócio, por negócios e outros motivos, não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (2004).

Segundo a própria OMT, essa descrição permite incluir o turismo dentro de um país e entre países, assim como visitantes que pernoitam e os visitantes de um dia (excursionistas).

Nesses termos, para a Organização, o turismo pode ser do tipo interno, receptor, emissor, interior e nacional. A classificação ocorre em diversos sentidos, considerando-se a distância em questão — local, regional, doméstico, internacional — e a direção do fluxo — emissivo e receptivo (IGNARRA, 1999).

Já De La Torre (1992 apud Ponteies, 2000: 114) entende o turismo como um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outros, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Segundo Andrade apud Ponteies (2000: 117) classifica a atividade turística nas seguintes tipologias:

- Turismo de férias, em um balneário, termalismo moderno, montanhês e de repouso;
- Cultural: que refere-se a conhecimento e contato com outros estilos de vida;
- Negócios: onde estão as atividades relacionadas a diversos setores do comércio e da indústria, para estabelecimentos de contatos, firmar convênios, adquirir novas tecnologias e para vender ou comprar bens e serviços;
- Desportivo: neste tipo de turismo encontramos os jogos, campeonatos, nas mais diversas modalidades, inclusive competições aéreas de asa delta e pára-quedismo que muitos outros autores denominam e classificam como sendo turismo de aventura.
- Saúde: onde o praticante busca satisfazer a necessidades físicas e psíquicas do seu corpo na busca de um bom funcionamento;

•Religioso: Visitas a lugares que suscitem e transmitam sentimentos ou que um alto sentimento de fé, esperança, misticismo.

TURISMO E AS CIÊNCIAS SOCIAIS

O turismo surge como um campo da realidade constituindo-se como objeto de estudo com possível interesse para outras ciências sociais como a Sociologia, a Antropologia ou a Geografia.

A partir de então, surgia um panorama de entendimentos sobre a abrangência e complexidade do turismo, construindo já um quadro teórico sobre o mesmo. Uma perspectivando-o mais como um fenômeno, outras enquanto atividades, outras mesmo como indústria. Deste modo e já numa dimensão mais alargada do fenômeno, abordando a questão dos impactos sociais, econômicos e físicos que o turismo provoca, Mathieson e Wall (1982:14; *apud* RODRIGUES, 2003) concebem o turismo como um fenômeno multifacetado, o qual envolve a deslocação e a estada em locais fora da sua residência habitual. O turismo é assim caracterizado como um fenômeno compósito, complexo onde são estabelecidas inter-relações entre os vários elementos que o integram (Mathieson; Wall *apud* RODRIGUES, 2003).

Nesta linha de pensamento, também Mill e Morrison afirmam que o turismo é um fenômeno de difícil descrição, em grande parte, devido à inexistência de uma definição aceita universalmente. O turismo é caracterizado pelos autores como "(...) uma atividades que ocorre(...) quando um indivíduo atravessa uma fronteira por motivos de lazer ou negócio, permanecendo mais de 24 horas e menos de um ano".(1985: XVII). Importa ainda realçar que os autores caracterizam o turismo como "... o estudo de um fenômeno e seus efeitos, "(*apud*

RODRIGUES, 2003: 25), razão esta que lhes permite classificar o turismo como uma atividades complexa.

Nesta perspectiva, Buli (1995 *apud* RODRIGUES, 2003) identifica o turismo, sobretudo, como um fenômeno mas, particulariza o autor, um fenômeno social.

Segundo o Buli, o turismo é uma atividades humana que envolve, além do comportamento humano, uma utilização de recursos e uma interação com outros indivíduos, economias e ambientes. É uma perspectiva sistêmica do turismo, o qual integra várias dimensões, estruturas e intervenientes. O turismo apresenta-se assim como um campo de estudo susceptível de interessar a várias ciências sociais. O autor salienta mesmo quer a importância econômica do turismo, quer a sua relevância do ponto de vista social, geográfico, cultural e psicológico (RODRIGUES, 2003).

Como se constatou anteriormente; o turismo é um fenômeno composto devendo ser estudado segundo uma abordagem holística. Estudar "holisticamente" o fenômeno do turismo é procurar integrar as diferentes perspectivas existentes sobre o mesmo. Ou seja, abordar o turismo a partir do ponto de vista sociológico, econômico, psicológico, ou geográfico, contribuindo para o *produto científico* de cada uma dessas ciências.

Sob este propósito questiona Nunes: "Mas o que é que um dado sistema social de produção de conhecimentos produz, quando acerca do seu produto é legítimo afirmar que se trata de um produto científico? Por outras palavras o que é fazer ciência (...)" (1996:33). Nesta linha de pensamento, concluem Silva e Pinto, "... a ciência é uma representação, intelectualmente construída, da realidade(...) cada disciplina só acede ao estatuto de ciência quando constrói o seu objeto próprio" (1999: 11). É possível assim inferir que a ideia de *produto científico* está intimamente relacionada com a construção de um objeto de estudo. Este objeto provém do estudo da realidade a partir de diferentes perspectivas.

É neste contexto que a Economia, a Psicologia, a Sociologia, a Geografia, a História, entre outras ciências sociais, foram construindo o seu próprio objeto científico da realidade social estudada. Não significa que a realidade para cada um delas seja diferente. Cada uma estuda a realidade consoante a sua perspectiva, conferindo uma abordagem pluridimensional sobre a mesma. É neste âmbito que o turismo surge como objeto de estudo de várias ciências sociais e humanas.

Sob este propósito, Przeclawski (1993:13 *apud* RODRIGUES, 2003: 30) afirma que a Economia, Sociologia, Psicologia, Geografia tem apenas providenciado um estudo parcial do turismo, mais do que propriamente uma abordagem integrada e holística sobre o mesmo. Deste modo, o autor defende que o turismo deverá tomar-se como objeto de uma interdisciplinaridade, onde cada ciência aborda este fenômeno segundo o seu próprio quadro de leitura. No entanto, cada uma contribui para um entendimento global do mesmo.

A corroborar esta idéia, Krippendorf afirma que o objeto do turismo está a tornar-se cada vez mais amplo, face à multiplicidade de relações e conexões que o mesmo envolve no seu interior. Nesta óptica o turismo resulta, cada vez mais, da necessidade premente de estudar este fenômeno sob várias perspectivas. As implicações que o mesmo exerce sobre várias dimensões da sociedade implicam uma investigação interdisciplinar, onde cada ciência social estuda o campo da realidade sob perspectivas diferentes. Nenhuma disciplina, isoladamente, poderá ajustar, estudar e compreender o turismo (Jafari e Graburn, 1991:7 *apud* BRITO, 2005). Por conseguinte, o turismo é um fenômeno econômico, psicológico, antropológico, cultural e social.

É um fenômeno econômico porque, em termos gerais, a economia estuda-o: segundo uma perspectiva de micro-análise ao se debruçar sobre os recursos envolvidos no processo de produção e consumo de atividades turísticas, bem como no entendimento do que determina o

mercado turístico; segundo uma perspectiva de macro-análise ao focalizar a sua atenção na utilização que faz dos recursos da sociedade, assim como nas trocas e relações econômicas com vários países (EADINGTON e REDMAN: 1991 *apud* RODRIGUES, 2003).

É um fenômeno psicológico, dado que a Psicologia analisa o processo de escolha presente no ato de viajar, tendo por base o estudo das diferenças dos atributos, capacidades e competências de cada indivíduo, bem como a interação existente entre as variáveis individuais e o contexto social em causa (PEARCE e STRINGER: 1991 *apud* BARRETO, 2003).

É um fenômeno antropológico uma vez que, enquanto atividade humana, permite um contacto entre diferentes culturas, cada uma expressando uma forma de vida característica, suscitando assim o interesse desta ciência. Como referem Nash e Smith (1991:3 *apud* BARRETO, 2003), aos antropólogos interessa tudo o que é humano, independentemente do tempo e espaço de ocorrência. Steil coloca que a antropologia do turismo:

"Buscava penetrar na dinâmica interna do turismo, enfocando as dimensões culturais e interculturais, e procurando lançar luz sobre um conjunto de práticas sociais que se estabelecem uma complexa rede de relações onde estão envolvidos diversos agentes individuais e institucionais" (STEIL, 2002: 51).

É um fenômeno sociológico porque, como sublinha Krippendorf, o turismo e o lazer são os resultados e ao mesmo tempo partes integrantes das sociedades industriais e a forma como estas se encontram organizadas (KRIPPENDORF, 2000) . Por conseguinte, é possível inferir que o estudo do turismo proporciona um contributo na análise e entendimento da evolução da própria sociedade.

Apesar de Fortuna revelar o desinteresse que a Sociologia tem demonstrado pelas questões do lazer (1995:5), onde se inclui o turismo enquanto prática social, Cohen (1996 *apud* BRITO, 2005)) apresenta as quatro áreas de estudo, no âmbito de uma Sociologia do

Turismo: o turista; a relação entre turistas e a comunidade local; os impactos do turismo; o desenvolvimento e a estrutura do sistema turístico. Saliente-se a última área de estudo apontada por Cohen que, segundo o autor, procura estudar como se encontra organizado o sistema turístico, com um enfoque particular nos seus intervenientes e relações estabelecidas entre si, bem como no ambiente político, jurídico, ecológico, econômico, cultural que o rodeia. (BRITO, 2005).

É inserido nesta área que a relação entre turismo e comunicação se desenvolve. A ligação que se pretende estabelecer entre a esfera da produção do produto turístico e a esfera do seu consumo - a componente da oferta e da procura - é um dos aspectos-chave no entendimento da estrutura do sistema turístico. A criação e transmissão de uma dada mensagem sobre um produto/destino turístico, por um determinado emissor, de acordo com um objetivo estipulado, utilizando o canal mais adequado e dirigida a um receptor específico é um processo que desencadeia a conexão entre a oferta (produto/destino) e a procura (atual ou potencial turista).

Significa pois que é com base num entendimento da natureza do processo comunicacional e conseqüente aplicação correta dos seus elementos que será possível fazer chegar o turista ao produto turístico, uma vez que esta atividade econômica é, sobretudo, caracterizado por uma deslocação do mercado em direção ao produto e não o contrário.

CAPÍTULO II

AUTENTICIDADE E INAUTENCIDADE: A QUESTÃO DO CONTATO INTER-CULTURAL E A LEGITIMIDADE DA ATIVIDADE TURÍSTICA

O envolvimento que se estabelece entre as localidades receptoras e os visitantes proporciona, essencialmente, relações interpessoais. Esse contato pode gerar estranhamentos, surpresas e modificações nos atores envolvidos, criando, assim, uma sociabilidade específica à essa atividade. Os atores envolvidos, muitas vezes, re-significam suas práticas e referências culturais.

Entre as primeiras discussões acadêmicas nas Ciências Sociais acerca do fenômeno turístico, destacamos os trabalhos de Boorstin (1992) e MacCannell (1999), os quais se contrapõem em relação ao que seria a “essência” do fenômeno turístico. A discussão se dá, principalmente, em torno da questão da “autenticidade” *versus* “inautenticidade” dos atrativos turísticos.

Como veremos, alguns autores não acreditam que o turismo possibilite o contato, o encontro autêntico, as relações inter-étnicas, porque, para eles, o que ocorre é uma “simulação” de contato, ou seja, o “não encontro”. Uma das primeiras formulações sobre esta questão é a análise que Boorstin (1964) faz do “pseudo-acontecimento”, antecipando em parte, Baudrillard (1988), o qual argumenta que os americanos contemporâneos não podem vivenciar a realidade diretamente, mas recorrem a “pseudo-acontecimentos”, e o turismo é um exemplo fundamental desse “pseudo-acontecimento” (BOORSTIN, 1964; BAUDRILLARD, 1988 *apud* URRY, 2001).

Ao caracterizar a sociedade moderna tomando por referência a cultura norte-americana, o autor relaciona os avanços nas tecnologias da comunicação e sua influência sobre

a forma como as pessoas experimentam a realidade. A forma como se dá a experiência moderna é o que Boorstin chama de “pseudo-eventos”. Os “pseudo-eventos” estariam presentes, segundo ele, em vários aspectos da vida social, incluindo o turismo. É uma concepção que, de certa forma, antecipa as idéias de “simulacro”, em Jean Baudrillard, e “hiper-realidade”, em Humberto Eco.

Tendo por eixo a questão dos “pseudo-eventos”, a tese de Boorstin é a de que nosso mundo é, cada vez mais, construído através de uma irrealidade que está entre nós e os fatos reais. Esse aspecto está associado às nossas “excessivas expectativas do mundo”. Esse seria um processo cíclico, pois, segundo Boorstin, o esforço para satisfazer nossas expectativas mais extravagantes as tornaria ainda mais extravagantes, e nossas ilusões mais atrativas.

Para explicar o que são “pseudo-eventos”, Boorstin apresenta suas características, que podem ser assim resumidas:

- a) seu caráter não é espontâneo, mas incitado;
- b) é incitado ou estabelecido (de certo modo forjado; o autor usa a expressão “planted”), na maioria das vezes, para ser relatado ou reproduzido, obtendo tanto mais sucesso, quanto mais largamente se difunde;
- c) sua relação com a realidade básica de uma situação é ambígua e, por isso, torna-se interessante;
- d) geralmente está destinado a ser uma profecia que se auto-realiza (Boorstin utiliza como exemplo a idéia da celebração do trigésimo aniversário de um hotel, o simples fato de dizer que ele é uma instituição distinta, tornar-o distinto). Portanto, os “pseudo-eventos” são fenômenos ambíguos e produzidos artificialmente (Ibidem).

Para Boorstin, desde a primeira metade do século XX, grande parte de nossa experiência, o que vemos, ouvimos, lemos, tem-se constituído de “pseudo-eventos”. Sua origem e história é a própria história da América moderna, aspectos que o autor remete aos avanços nos meios de comunicação, como a imprensa, a fotografia, o telefone, o rádio e a televisão, portanto, tudo o que veio a se constituir como mídia, capaz de reproduzir e difundir eventos. Boorstin cita vários fatos, em especial de caráter político, impactados pelos meios de comunicação. Ele afirma que, de modo muito sutil, o crescimento dos “pseudo-eventos” tem misturado nossos papéis, como atores e espectadores, mais do que isso, oscilamos entre esses papéis.

Segundo o autor, de modo distinto à propaganda, os “pseudo-eventos” complexificam a experiência humana, e, em uma sociedade democrática, como a norte-americana, é possível a criação de “pseudo-eventos”, devido à liberdade de expressão. Há muitos tipos de interlocutores nesse processo, mas o seu resultado seria algo fantasioso. Para Boorstin, o cidadão norte-americano vive num mundo de fantasia, mais real do que a realidade, onde a imagem tem uma importância fundamental.

Uma das formas pelas quais os “pseudo-eventos” são produzidos está presente nas viagens e no turismo. Boorstin resgata, historicamente, as dimensões das viagens, para demonstrar como, nas sociedades modernas, elas adquirem o caráter de “pseudo-eventos”, transformando-se em turismo. O turismo, desse modo, vai corresponder a um conjunto de mudanças encontradas nas sociedades modernas, que transformam a natureza das viagens em termos de seus significados e práticas.

Para explicar essa transformação, Boorstin indica alguns elementos que simbolizam a mudança de nossas atitudes em relação à viagem. Um dos motivos mais antigos para se viajar, segundo ele, é encontrar o não-familiar, com a expectativa de que as coisas são diferentes em outros lugares. Na história humana, as viagens têm estimulado a imaginação

e mostrado ao ser humano que há diferentes maneiras de se viver. Isso pode ser associado ao significado atribuído à aventura. Conforme o autor, a palavra “aventura”, na sociedade moderna, perde seu impacto, tornando-se mais vazia, onde qualquer coisa pode ser caracterizada como uma aventura, enquanto uma experiência a ser vendida. A mudança de sentido do que venha a ser de fato “aventura” é, para Boorstin, um “[...] sintoma da penetração de pseudo-eventos e um símbolo de como frustramos a nós mesmos através de nossas expectativas exageradas da soma de ‘aventuras’ inesperadas [...]” (1992: 78).

A análise de Boorstin pode ser vista a partir de explicações da lógica de desenvolvimento capitalista e do avanço dos processos de mercantilização nas diferentes esferas da sociedade, embora ele não se refira a esses aspectos estruturais do capitalismo em sua análise. É nessa dimensão que a figura moderna do turista aparece. O autor busca demonstrar que o caráter das viagens, a partir do século XIX, é distinto do de outrora, nas maneiras de se pensar e sentir, pois não conseguimos, através delas, entender melhor os outros povos. Há mais facilidades para se viajar, mas a experiência de se “estar lá” e o que é trazido de volta são muito diferentes. Segundo ele, essa experiência tem se tornado “diluída, inventada e pré-fabricada”. Desse modo, o turista norte-americano moderno “preenche sua experiência com pseudo-eventos”. Portanto, a experiência turística moderna está permeada de “pseudo-eventos”. O turista tem buscado mais estranhamento e familiaridade que o mundo natural oferece, espera que o exótico e o familiar possam ser feitos para serem pedidos, sob encomenda (o autor cita o exemplo de se esperar ter no coração da África o mesmo conforto que se tem em casa).

Em contraposição a essa situação, Boorstin recupera, historicamente, as condições de viagem que costumavam ser “desconfortáveis, difíceis e caras.” Na Europa, homens, preparados do ponto de vista cultural, viam as maravilhas culturais e costumavam gabar-se de suas viagens. Escreve Boorstin: “For Europeans foreign travel was an institution of exiled monarchs, adventuring aristocrats, merchant princes, and wandering scholars” (1992: 83).

Nesse contexto, a experiência de viagem era uma aventura, pois poucos tinham recursos para tal ou enfrentavam as suas dificuldades. O caráter das viagens ao exterior começou a mudar em meados do século XIX. Antes, viajar envolvia muito planejamento, recursos e tempo, acarretando risco, inclusive de vida. Uma das diferenças básicas dessa transformação, para ele, está no caráter do viajante, que de “ativo” passou a ser “passivo”, e afirma: “Ao invés de um exercício atlético, a viagem torna-se um esporte de espectador. Esta mudança pode ser descrita numa palavra. Foi o declínio do viajante e o surgimento do turista” (1992: 85).

Boorstin quer ressaltar que o viajante trabalhava em algo, mas o turista tornou-se aquele que busca prazer. O viajante esforçava-se em buscar aventuras, experiência, pessoas. O turista, ao contrário, espera que coisas interessantes aconteçam. O surgimento do turista tornou-se possível quando atrativos de viagens puderam ser embrulhados em pacotes, o que implicaria comprar coisas agradáveis. Cabe observar que o autor está se referindo às experiências de viagem para fora do país, do tipo turismo internacional, cuja forma de organização é promovida através de agências de viagem. Cita que essas mudanças têm sido possíveis, devido às facilidades criadas no transporte, diminuindo riscos e desconfortos, onde o transporte de longa distância se torna um produto industrial de massa, podendo ser barato e vendido a várias pessoas, e, assim, a viagem ao exterior tem sido democratizada. Contudo, isso não significa que esse fenômeno não exista também no interior de um mesmo país.

Outra diferença que Boorstin estabelece entre o viajante e o turista, é que o primeiro costumava ir ao encontro dos nativos, mas, isso não ocorre com o turista, pois as agências de viagem buscam “evitar esse encontro”, além do que, afirma, as agências estão sempre inventando formas eficientes de isolar o turista.

Ao contrário dos relatos de antigos viajantes, onde o hospedeiro era uma figura familiar, cheia de sábios conselhos e conhecimento local, hoje se torna, em sua visão, uma figura obsoleta, pois, se tudo está bem planejado, o turista é salvo de negociar com os nativos para chegar aonde quer, as compras ainda são uma das poucas formas onde o contato com os nativos ocorre. Boorstin ainda cita as experiências em cruzeiros e as viagens de avião. Em cruzeiros, esse contato acaba também sendo mais direto. Quanto às viagens de avião, tornam-se também uma experiência particular, como ele diz, ao citar sua viagem dos Estados Unidos a Amsterdam, “[...] o aeroplano roubou-me da paisagem”. É uma experiência onde se chega a algum lugar sem a experiência de se ter ido, e, nesse contexto, quando os riscos são irrisórios, a experiência de se “estar lá” pode ser mais vazia e trivial. Afirma ainda: “Quando chegar lá era mais problemático, estar lá era mais vívido”.(BOORSTIN, 1992: 85).

Embora Boortin refira-se às viagens organizadas por agências de viagens, não significa que aspectos semelhantes não possam ser encontrados nas viagens turísticas que não são organizadas em “pacotes turísticos”. A antecipação da experiência do “não-lugar” (MARC AUGÉ, 1994) também pode ser encontrada aqui, ao serem citadas as cadeias internacionais de hotéis norte-americanas como modelos da modernidade norte-americana: interiormente não são distinguíveis entre si, podendo-se perceber que se está em um lugar diferente apenas olhando para fora. Além do que, afirma Boorstin, os responsáveis esforçam-se por proporcionar um clima de “atmosfera local” e isolar as pessoas do local real onde estão. Esse esforço de isolamento também pode ser encontrado em outros países, em especial, no que diz respeito às atrações para os turistas. De acordo com o autor, essas atrações seriam constituídas como “[...] um produto artificial para ser consumido em muitos lugares enquanto a coisa real é livre como o ar” (BOORSTIN, 1992: 87).

É a partir dessa “produção artificial” para o turista, como característica do turismo moderno, que Boorstin discute a experiência turística como “inautêntica”, inaugurando o debate em torno da oposição entre autenticidade e inautenticidade como questão central do fenômeno turístico. Para ele, a aproximação do turista com a realidade, de fato, não existe, porque o turista não encontra o que é verdadeiro ou autêntico, mas sim, “pseudo-eventos”, aquilo que é artificial, inautêntico. Nesse contexto, existiria um conjunto de práticas que afastariam o turista do contato com o real. Boorstin cita, por exemplo, uma cena onde os nativos são mantidos afastados ao serem visitados, “[...] enquanto os turistas no conforto do ar-condicionado os vêem através de uma paisagem pela janela”(BOORSTIN, 1992: 87).

Mas a questão primordial é que esse cenário onde a realidade não está ao alcance, onde é inautêntica, é o que justamente atrai o turista. Boorstin vê como problemáticas as atrações turísticas, por sua falta de originalidade e artificialismo. Em muitos lugares, os nativos tornam-se “imitadores desonestos de si mesmos”, para satisfazerem os turistas. Situações dessa natureza acabam sendo incorporadas socialmente, pela criação de um conjunto de expectativas de ambas as partes — nativos e turistas.

As primeiras edições de livros-guias já alertavam para um tipo de comportamento necessário ou mais adequado para o turista. O pioneiro guia de Karl Baedeker buscava, segundo Boorstin, “[...] salvar seus leitores de encontros desnecessários com os nativos”, livrá-los de mosquitos e outros inconvenientes do gênero, alertar para cuidados com a alimentação e, até, indicar os valores apropriados para gorjetas. Em alguns casos, ele até instruía como o turista deveria comportar-se para não chocar os nativos (IBIDEM.). De acordo com o autor, sua invenção mais poderosa foi organizar o “sistema de estrelas” para os lugares (*sites*); seu esquema passou a ser adaptado por outros editores de livros-guias. Os turistas, então, deixam de ser exploradores e vão atrás do que está indicado pelas “estrelas”, do que

“merece” ser visto, buscando a caricatura e não a autenticidade, ao que afirma Boorstin: “Onde quer, no mundo, que os turistas americanos vão, então, eles estão preparados para ser comandados pela lei dos pseudo-eventos, pelo qual a imagem, a imitação bem feita, brilha mais do que o original” (Ibidem:107).

Steil (2002) resume bem as idéias de Boorstin e Baudrillard sobre essa questão da seguinte forma:

“O turismo, especialmente na sua visão de turismo de massa, aparece na análise destes autores como uma prática social que carece de autenticidade. As viagens, guiadas por agentes turísticos, criaram, assim, um ambiente artificial para seus participantes, não permitindo que estes tenham qualquer contato com o mundo ‘real’ dos habitantes que os acolhem. Do ponto de vista dos nativos e promotores do turismo, teríamos uma situação de autenticidade, visto que são induzidos a realizar espetáculos e exposições, cada vez mais estereotipadas para observadores ingênuos e ‘alienados’. O turismo estaria, assim, reforçando um sistema fechado de ilusões que se perpetua através de simulacros que funcionam como espaços de fuga. Boorstin fala das viagens turísticas como uma espécie de ‘bolha ambiental’ que, ao invés de propiciar o encontro com o outro ou o diferente, isolaria o turista de qualquer experiência de estranhamento, reforçando, inclusive os valores estruturais de origem” (STEIL, 2002: 55).

Turner e Ash (1975) sugerem que, em certo sentido, a sensualidade e o senso estético do turismo tornam-se tão restritos quanto o são em seu lugar de origem. Isso é ainda mais intensificado pelo modo relativamente superficial mediante o qual as culturas nativas têm sido apresentadas ao turista. Em relação a uma pesquisa que eles fizeram em Bali, Indonésia, notaram o seguinte:

“Muitos aspectos da arte e da cultura balinesa são tão desconcertantemente complexas e alheias à maneira de ser ocidental que não se prestam com facilidade a um excesso de simplificação e à produção em massa, que converte formas de arte nativa em *kitsch* para turista” (TURNER e ASH, 1975: 159 *apud* URRY, 2001:24).

Carlos (1997) observa que o espaço produzido pela indústria do turismo perde sentido, “é o presente sem espessura, quer dizer sem história, sem identidade; neste caso é o espaço do

vazio. Ausência. Não lugares” (CARLOS, 1997: 28). Para o autor, todos os lugares turísticos produzem cenários ilusórios, que são vigiados e controlados, embora se apresentem como uma experiência livre para o contato inter-pessoal e inter-cultural.

Os autores acima citados, entendem que a experiência turística só seria legítima, se o turista tivesse contato com modo de vida do nativo, com o cotidiano das pessoas da sociedade receptora. Mas, a questão da autenticidade para o turista reside no próprio ato de fazer turismo. Ou seja, o turista quer viajar, se divertir, relaxar na medida em que ele faz isso, ele está tendo uma *experiência autêntica de turismo*. E o contato com o diferente está presente a todo momento da viagem, desde a sua chegada até sua partida, ele está cercado de pessoas com cultura diferente da sua. A esse respeito, Hughes afirma que:

“Autenticidade continua a residir nas resistências, escolhas e obrigações que os indivíduos expressam dentro das oportunidades e constrangimentos promovidos pelos mercados globalizados e pelo imaginário global para o qual o turismo internacional é um crescente ‘contribuidor’ ” (HUGHES 1995: 800 *apud* GRUNEWALD, 2001: 35).

A perspectiva defendida pelos autores que acreditam que o turismo é o lugar da “simulação” e que a cultura ali apresentada é uma encenação para o turista, tem como pano de fundo um viés teórico que entende a cultura como algo engessado, que tem uma área imutável. Ou seja, que existe uma essência cultural e que só estando em contato cotidiano é que saberemos como realmente ela se processa.

MacCannell inspira-se na tese de Veblen (1983) de que o lazer reflete a estrutura social, porém não centra sua discussão na questão de classe, como Veblen, mas busca perceber outras estruturas na sociedade moderna que nos ajudariam a entendê-la melhor. Seu trabalho propõe-se a ser um novo tipo de etnografia da sociedade moderna. Ele oferece, de modo otimista, a “[...] possibilidade que o turismo poderia contribuir para a simultânea ‘desconstrução da atração’ e ‘reconstrução do autêntico outro’” (1999: xii).

MacCannell, ao introduzir a edição de 1989, considera que muito do foi descrito e classificado como “pós-moderno” já aparecia na primeira publicação. Talvez, afirma ele, “o turista” tenha sido prematuramente uma figura pós-moderna, um nômade, mas a forma como as questões foram interpretadas não seria a mesma se fosse pensada à luz das teorias da pós-modernidade. Ele não pretende, entretanto, argumentar que a pós-modernidade seria uma época distinta.

Nesta obra, MacCannell, apresenta uma classificação sociológica do turista. Ele inicia o trabalho esclarecendo os dois sentidos nos quais utiliza a palavra turista: um dos sentidos é o que identifica os turistas como *sightseers**. Estes seriam principalmente, de classe média, e comporiam, sobretudo, os grupos do turismo organizados no mundo inteiro em busca de experiências.

Num segundo sentido, MacCannell refere-se ao turista verdadeiro, real, afirmando: “Nossa primeira apreensão da moderna civilização, a mim parece, emerge na mente do turista” (IBID.: 1).

Ao comparar suas próprias anotações com questionamentos iniciados por Durkheim em sua obra sobre a religião “primitiva”, descobriu que as interpretações de ambos coincidiam a respeito do papel do turista no mundo moderno.

* *Sightseers*, em português, assemelha-se à expressão “turista”, ou aqueles que vêem uma cena, um panorama, os “*sights*” (segundo dicionários, *sight* refere-se à vista, visão, panorama, enquanto *sights*, significa locais interessantes para se conhecer ou atrativos turísticos, *sightseeing* é o turismo, ou aquilo que é turístico, *sightsee* é excursionista, turista, visitante). Portanto, o sentido da visão é o eixo central da existência dos *sightseers* (aspecto que John Urry, 1996, vai explorar em *O Olhar do turista...*, 2001).

Sua tese central baseia-se na expansão empírica e ideológica da sociedade moderna, que pode ser intimamente ligada às diversas formas do lazer de massa moderno, em especial, ao turismo internacional. Ele critica a Sociologia por ter desmembrado a sociedade moderna em vários campos de estudo, como as classes, a cidade, etc. Contudo é necessária uma abordagem que ligue vários desses subcampos juntos numa mesma estrutura, tarefa nada fácil, admite.

MacCannell inspira-se em Erving Goffman e Lévi-Strauss na construção de seu método de análise — ele busca a existência de uma instituição ou atividade que possa fornecer uma explicação da estrutura social moderna. Nesse sentido, as atividades organizadas de visitantes internacionais, serviriam a esses propósitos. A figura do turista moderno compartilharia aspectos em comum com os cientistas sociais: “By following the tourists, we may be able to arrive at a better understanding of ourselves. [...] And modern tourists share with social scientists their curiosity about primitive peoples, poor peoples and ethnic and other minorities” (Ibidem: 5).

O autor afirma que esse é um trabalho de Sociologia do lazer, onde o lazer está deslocando o trabalho do centro da organização central moderna. Esse fenômeno pode ser observado desde os anos 60, onde muitas formas de organização estão surgindo baseadas em atividades de lazer, e, nessa modificação, o trabalho está sendo transformado em objeto de curiosidade turística. Afirma que, como turista, o indivíduo pode ir rumo ao drama universal da modernidade, contudo não parece claro, na sua análise, que drama seria esse. MacCannell considera que a visão da modernidade, dos cientistas sociais — a qual engloba a expansão da urbanização, da alfabetização, dos cuidados com a saúde —, o trabalho racionalmente organizado, a mobilidade geográfica e econômica e a emergência do Estado-nação são características superficiais, pois, em sua estrutura mais profunda, existe uma totalidade, “[...]”

uma mentalidade que coloca a sociedade moderna em oposição tanto ao seu próprio passado quanto às sociedades do presente que são pré-modernas ou subdesenvolvidas” (1999: 8). Nesse contexto, a modernidade torna-se vitoriosa pela preservação artificial e reconstrução do mundo não moderno (por exemplo, movimentos sociais em direção ao naturalismo, cultos de música *folk*, etc.). MacCannell não vê com pessimismo esse aspecto da artificialidade do mundo moderno e discorda da posição de Boorstin nesse sentido.

Do ponto de vista analítico, os turistas, diz ele, não são criticados, por Boorstin e outros, por deixarem suas casas para visitar, mas porque se satisfazem com experiências superficiais das pessoas e lugares. MacCannell, entretanto, de forma mais positiva, contesta a suposta superficialidade do turista; para ele, o turista envergonha-se, não por ser turista, mas por não ser turista o suficiente, em não conseguir ver tudo o que deveria.

Ao contrário da superficialidade, o turista quer envolvimento: “Todo turista deseja este envolvimento mais profundo com a sociedade e a cultura em algum grau; este é o componente básico de sua motivação para viajar” (1999: 10).

MacCannell afirma que as atrações turísticas são elementos que estão fora de seu contexto original, eles representam a diferenciação que constitui a modernidade. A modernização separa coisas e lugares, quebra a solidariedade e tradições de grupo, mas libera as pessoas dos vínculos tradicionais em direção ao mundo moderno, assim, diz MacCannell, “[...] como turistas elas podem tentar descobrir ou reconstruir uma herança cultural ou uma identidade social.” Nesse contexto, o autor acredita que o turista teria uma missão: a de reconstrução de uma tradição modificada ou perdida. MacCannell, porém, não deixa claro qual o sentido dessa reconstrução para a sociedade moderna.

De qualquer modo, o turista, nessa perspectiva, aparece como um elemento capaz de “integrar” os aspectos fragmentados e descontínuos da sociedade moderna. Em sua análise, de

certo modo, MacCannell transfere poder à figura do turista, que teria um importante papel social a cumprir. A análise da sociedade moderna também implica tomar-se um de seus elementos fundamentais, a cultura. Inspirando-se em Goffman, o autor refere-se às “experiências culturais” como processo que faz parte do turismo. A cultura não é vista por ele como consenso, pois toda estrutura social é diferenciação, portanto, não haveria uma totalidade cultural.

O turista, na sua visão, é representado pela classe média. Sob esse ângulo, ao invés de refletir o problema clássico da alienação do trabalho/trabalhador, é possível que as pessoas se conscientizem sobre a condição moderna. A questão clássica da alienação, através do trabalho industrial, ao invés de solucionar o problema moderno de separação entre coisas e lugares, fracassa porque provoca repulsa ao indivíduo “[...] levando-o a buscar sua identidade ou alma em atividades fora do emprego: na música, nos esportes, na igreja, [...]” (Ibidem: 36).

O trabalho no mundo moderno, segundo MacCannell, não volta classe contra classe, mas volta o homem contra si mesmo, pois sua existência está dividida. Esse processo implica aspectos ritualísticos, que vão povoar as atitudes do turista, ao chegar aos lugares procurados.

Distintamente de Boorstin, MacCannell afirma que a consciência turística é motivada pelo desejo por experiências autênticas, embora reconheça que se torna difícil se ter certeza de quais experiências são de fato autênticas. Ele critica a idéia de “pseudo-eventos”, embora considere que Boorstin abriu uma discussão importante, mas, por outro, ela não ajuda na análise da expansão do turismo sob modernização, pois, de forma negativa, essa visão contribui para uma atitude do tipo “Eles são os turistas, eu não sou” (MACCANNELL, 1999: 13).

O rechaço ao turista, resultado dessa visão negativa, também pode ser encontrado, quando se trata da avaliação do desenvolvimento de uma região em função do turismo. Essa

questão, segundo MacCannell, tem possibilitado dois tipos de posições políticas: uma posição mais favorável, onde muitos planejadores de “economias marginais” buscam no turismo uma nova forma de ganhar dinheiro e, por outro lado, uma posição do tipo “anti-turista”, posição esta defendida por liberais e “radicais” do Terceiro Mundo, que questionam o sentido do desenvolvimento turístico para a população, pois entendem que o turismo altera a tradição local, ao mesmo tempo em que o capital gerado volta ao seu ponto de origem, isto é, para as grandes corporações em países ricos.

Ambas as posições são criticadas por ele. No primeiro caso, os planejadores percebem o turismo apenas do ponto de vista econômico, como um novo tipo de indústria — a “indústria do turismo”. No segundo caso, a expansão do turismo é vista de forma negativa, como se as pessoas não pudessem ter acesso a outras culturas. Porém, para MacCannell, ambas as posições se baseiam no mesmo fato — o turismo tem crescido de modo mais rápido do que as instituições podem suportar.

Como vimos, Boorstin e MacCannell levantaram questões centrais da experiência turística e sua relação com a sociedade moderna, ou com a modernidade, questões centrais no estudo do fenômeno turístico. Permanece, portanto, no debate atual, a questão do significado do turismo: o turista, afinal, buscaria atrativos autênticos e o envolvimento com outras culturas, ou simplesmente simulacro, elementos artificiais que não requerem o envolvimento com a população visitada?

Cabe lembrar que as referências dos autores dizem respeito a um tipo particular de turismo, que é o turismo internacional, promovido pelas agências de viagens, onde a questão das trocas culturais torna-se mais aguda.

Vimos também autores que criticam esta perspectiva metodológica, como Cohen (1988), que nos lembra que a cultura e, conseqüentemente, sua autenticidade, não é algo estático, mas mutável e, especificamente negociável, ou seja:

“Desde que a autenticidade não é um dado primitivo, mas negociável, alguém tem que tomar em consideração a possibilidade de sua emergência gradual aos olhos dos visitantes para a cultura hospedeira. Em outras palavras, um produto cultural, ou um traço disso, que está de maneira geral julgado como forjado ou inautêntico pode, no curso do tempo, torna-se autêntico, mesmo por *experts*...” (COHEN, 1988: 379 *apud* GRUNEWALD, 2002: 02).

Essa idéia recai na noção de Sapir (1924) que entende que a cultura não é um fardo que os indivíduos carregam, pelo contrário, ele considera que o indivíduo é criador de cultura e está constantemente re-elaborando seus valores materiais. Este “fluxo cultural” (HANNERZ, 1997) promove novos sentidos e interpretações para a cultura. Steil (2002) afirma que as culturas são inventadas, referidas e seus elementos reorganizados continuamente. Nesse sentido, os traços culturais gerados para a atividade turística seriam autênticos, até porque são assim pensados pelos agentes envolvidos.

Como vimos, a atividade turística tem, entre seus inúmeros efeitos, a elaboração de cultura, ou uma reorganização cultural para ser apresentada no campo do turismo. Isso significa dizer que os membros da comunidade são diretamente afetados por esta produção. Pois, esse movimento acaba reforçando a identidade envolvida e muitas vezes fomentando fatores positivos da cultura que antes não tinham visibilidade.

No caso de Cabaceiras, como veremos, a valorização turística, em alguns casos, contribuiu para melhorar a auto-estima de grupos que antes se sentiam marginalizados e ou desvalorizados, como as comunidades rurais.

CAPÍTULO III

TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

TURISMO RURAL

Turismo rural é um segmento que atende a demanda de uma clientela específica, atraída pela produção e consumo de bens e serviços no ambiente rural. Esse segmento vem crescendo consideravelmente no Brasil. Após o intervalo de tempo entre a queda da agropecuária e sua posterior ascensão, os proprietários de terra tiveram que buscar novas formas de obter renda, propiciando o desenvolvimento de um determinado tipo de turismo: o rural. O desenvolvimento de atividades turísticas neste espaço, embora seja incipiente, apresenta alguns pontos a serem analisados, tais como: novos empregos, renda, valorização da cultura local, conservação das tradições e reservas ambientais.

No decorrer dos anos, o campo passou a ser um atrativo para milhares de pessoas que, sufocadas pela vida agitada das cidades, passaram a procurar uma nova alternativa de lazer e descanso. Assim, estâncias, hotéis-fazenda, pesque-pague, restaurantes, tornaram-se alguns dos equipamentos turísticos que agregam serviços e produtos diversificados bem como outras opções de atividades tais como: trilhas ecológicas, esportes radicais, cavalgada, conhecimento da história e cultura da região. Tudo isso em maior contato com a natureza, respirando o ar puro e bucólico do campo.

Nesse contexto, as atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, se tornaram alternativas para muitos proprietários que enfrentam ou enfrentaram dificuldades no setor agrícola e na pecuária como foi citado anteriormente. Além de criar oportunidades para os proprietários, promove a inclusão social no campo, questão fundamental de cidadania e respeito ao ser humano.

Segundo Graziano, Balsadi e Grossi, (*apud* Silva, Dale e Vilarinho, 1998), o turismo rural deve estar relacionado a atividades que gerem ocupações complementares às atividades agrícolas que continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade rural, em menor ou maior intensidade. Elas devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e de valorização dos bens não-materiais existentes nas propriedades como: ar puro, beleza cênica, tranquilidade, etc.

Com a valorização crescente dos recursos naturais e da paisagem, decorrente de movimentos e acordos internacionais, como a ECO-92, a Agenda 21, o ambiente rural deixou de ser apenas o local de produção agropecuária para adquirir outras funções, como aquelas referentes à prática de esportes, canoagem, saltos, escaladas, trilhas, pesca, etc., a contemplação da paisagem e da flora e fauna silvestre, e a instalação de camping, spas, hotéis-fazenda, restaurantes típicos, e outros (CAMPANHOLA, 1999).

Segundo Campanhola e Graziano da Silva (1999), o turismo em área rural pode se constituir num vetor de desenvolvimento local contanto que seja controlado por processos regionais, que considerem as comunidades locais se apropriando dos benefícios gerados, por consequência. Um dos pontos muito importante a considerar neste contexto refere-se ao aproveitamento das especificidades de cada local ou território e o total aproveitamento das potencialidades e oportunidades. O turismo no meio rural deve ter uma base local e ser gerenciado pelos residentes. Para Groulleu (1994), citado por Almeida, o turismo pode ser local em cinco aspectos diferentes: a) iniciativa; b) gerenciamento, c) impacto, d) paisagens locais, e) valores da cultura do local. Desta nova perspectiva, o turismo tradicional que traz capital de fora para explorar os negócios no meio rural, baseado na importação de programas e recursos, não é uma estratégia apropriada para promover o desenvolvimento local

(GRAZIANO DA SILVA, 1999). Para os referidos autores há que considerar o potencial da comunidade local, e as diversidades geográficas, culturais e ambientais das áreas rurais.

O TURISMO E A IDÉIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Atualmente a questão ambiental é um dos temas que mais tem chamado a atenção das pessoas, devido à valorização que se tem dado à qualidade de vida. Os recursos naturais, outrora abundantes, atualmente tão escassos, os fatos falarem por si mesmos. Os animais em extinção, águas poluídas, lixo atômico, buraco na camada de ozônio identificam que a qualidade de vida está cada vez pior, enquanto mais tecnologias são desenvolvidas com este fim, atendendo prioritariamente aos interesses do capitalismo.

O meio ambiente alerta a todo momento, que há a necessidade em se projetar políticas e adequar iniciativas em direção à conservação da vida no planeta. Por isso o caminho para o desenvolvimento sustentável é acima de tudo uma decisão política que se estabelece a longo prazo. Em 1989, a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas apresentou ao mundo um relatório (Denominado de Relatório Brundland) sobre o tema 'desenvolvimento sustentável. O Relatório Brundland definiu desenvolvimento sustentável como sendo aquele que satisfaz às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas. (RODRIGUES, 2000)

Isto define desenvolvimento sustentável "como programas que possam melhorar a qualidade de vida das pessoas dentro da capacidade potencial do sistema de sobrevivência da Terra". Significa satisfazer às necessidades das gerações atuais sem prejudicar os recursos da Terra, de tal forma que as gerações futuras fiquem impedidas de satisfazê-las. O desenvolvimento sustentável põe também em realce a igualdade, ou seja, a superação das

disparidades entre países ricos e pobres, como importante forma de garantir que as gerações presentes e futuras possam satisfazer às suas necessidades pois segundo Figueiredo:

"O conceito de desenvolvimento sustentável não implica a idéia de não-desenvolvimento ou desenvolvimento zero; tampouco pressupõe apenas a necessidade de se obter o consumo excessivo. De fato, esse conceito pressupõe um desenvolvimento que se auto-sustente, através da preocupação com a capacidade de suporte da natureza, e ainda transferindo a noção de desenvolvimento económico para uma visão mais geral que inclua a natureza, as sociedades, as culturas, enfim, um desenvolvimento sócio-econômico equitativo e holístico" (FIGUEIREDO, 1999:36 apud GRUNEWALD, 2003:17).

Nos países de industrialização recente como o Brasil, as questões ambientais relacionadas à degradação da natureza são delicadas. Cego por desenvolvimento dependente e imitativo, o país tem sido pouco criativo tanto para evitar o desperdício como para otimizar o aproveitamento de seus próprios recursos. Algumas regiões brasileiras têm buscado alternativas para garantir o desenvolvimento de forma sustentável, apresentando um conceito inteiramente novo, na opinião de Camargo (1999), em que sua prática ainda é controversa e discutível.

Desenvolvimento sustentável é um conceito cada vez mais utilizado, não existe um real consenso quanto ao seu significado. "Sustentabilidade tem diferentes significados para diferentes pessoas" (KEENEY, 1990, *apud* MARCATTO, 1999). O processo é uma tarefa penosa em países heterogêneos e de dimensão continental como o Brasil, onde o hábito de romper com velhas estruturas é ainda mais exaustivo em virtude da dispersão, da diversidade e da inércia. As mudanças têm sido lentas e as novas práticas só ganham credibilidade, visibilidade e consistência após algumas experiências pioneiras que possam ser destacadas, demonstrando sua superioridade natural sobre as tradições já obsoletas (CAMARGO, 1999).

Segundo Hammes (1998: 18-19), "nos últimos tempos o termo sustentabilidade tem sido muito utilizado em assuntos relacionados com a agricultura, mas não claramente definido. O

termo agricultura sustentável, tal qual é empregado no nosso meio, tem sua origem em uma tradução da expressão inglesa "sustainable agriculture", que por sua vez, está ligada a "sustainability" que em inglês significa "the ability to keep in existence", "keep up", "maintain ou prolong". Portanto em português, sustentabilidade deve ser vista como a capacidade de continuar existindo, de manter-se ou prolongar-se no tempo".

Para Flores et al. (1991: 4-5), o conceito de agricultura sustentável reside na idéia principal do "uso de tecnologias adequadas às condições do ambiente regional e mesmo local, e da previsão e preservação dos impactos negativos, sejam eles sociais, econômicos e ambientais (...). O objetivo final é a garantia de que os agroecossistemas sejam produtivos e rentáveis ao longo do tempo (...)". Na agricultura, o conceito de sustentabilidade é muito importante, ele pode ser a base para a criação de políticas e práticas que levem a um desenvolvimento rural mais igualitário e ambientalmente sadio.

Para Almeida (1997: 38), "no campo da agricultura, a noção de desenvolvimento encontrou, no decorrer das décadas de 1950 e 1960, nos Estados Unidos e Europa um terreno de aplicação particularmente receptivo. Sob a ação conjugada do Estado, das indústrias agroalimentares e de uma camada de agricultores, "empresários", o setor agrícola se insere cada vez mais no sistema econômico; leis são impostas nesses países visando transformar a agricultura, "setor" ideologicamente considerado "arcaico", tradicional, em atraso, setor "moderno", participando do crescimento econômico nacional."

No final dos anos 80, na literatura internacional sobre a agricultura, o qualificativo sustentável passa a atrair a atenção de um número crescente de profissionais, pesquisadores e agricultores, fazendo surgir uma infinidade de definições sobre o termo (ALMEIDA, 1997). Entre as diferentes visões, a estratégia de desenvolvimento agrícola sustentável tem como

filosofia neutralizante ou minimizante os efeitos das perturbações antrópicas no meio ambiente.

A visão interdisciplinar de Ignacy Sachs sobre desenvolvimento sustentável reelabora o conceito de desenvolvimento sustentável, também chamado por ele de ecodesenvolvimento, como um estilo de desenvolvimento aplicável a projetos não só rurais, mas também urbanos oposto à diretriz mimético-dependente tradicionalmente adotada nos países pobres, orientado pela busca de autonomia, e pela satisfação prioritária de necessidades básicas das populações envolvidas. A integração da dimensão do meio ambiente é pensada não apenas como uma espécie de coação suplementar, mas também na qualidade de um amplo potencial de recursos, utilizando-se de critérios de prudência ecológica.

Sachs articula quatro postulados, reunindo idéias essenciais do enfoque do desenvolvimento sustentável. O primeiro deles é a prioridade ao alcance de finalidades sociais, redirecionando o processo de crescimento econômico, visando ao alcance de objetivos sociais prioritários, traduzidos pelas suas necessidades materiais e psicossociais, como autodeterminação, participação política e auto-realização; o segundo é a valorização da autonomia, buscando um maior grau de controle dos aspectos cruciais do processo de desenvolvimento, mediante a ação da sociedade civil organizada, no âmbito local, microrregional ou regional, canalizando e maximizando os seus recursos disponíveis, num horizonte de respeito às suas tradições culturais e sem incorrer com isso em auto-suficiência ou isolacionismo; o terceiro é a busca de uma relação de simbiose com a natureza, abandonando o padrão arrogante de relacionamento com o meio ambiente biofísico instaurado pela modernidade à luz do processo modernizador; e o quarto é a eficácia econômica, situando a eficiência econômica como uma alternativa à racionalidade microeconômica dominante, no

sentido de uma internacionalização efetiva da problemática dos custos sócio-ambientais do processo de desenvolvimento.

Pode-se, também, reagrupar estes postulados do desenvolvimento sustentável, de maneira a conceituar mais adequadamente em termos de estratégias de um desenvolvimento socialmente mais justo, ecologicamente prudente e economicamente eficaz.

Sachs aponta que o desenvolvimento sustentável deve ser implementado por uma metodologia de planejamento, como sendo um espaço de aprendizado social, equidistante tanto da tradição tecnicista quanto da assembleísta, e se materializando sobre uma síntese pedagógica.

É nesta ótica que o planejamento oferece um novo modelo para políticas governamentais, com estratégias concretas de intervenção corretivas, baseadas nos postulados interdependentes de eficiência econômica, equidade social e prudência ecológica, e um novo critério de racionalidade social baseado na crítica ao efeito de externalização de custos sócio-ambientais, exercido pelo modelo puramente econômico, sobretudo quando este planejamento é participativo, com atores sociais, agentes e reagentes, com uma visão contratual com o meio ambiente.

O planejamento participativo recupera a participação social da sociedade, de modo que o cidadão contribua na elaboração das ecoestratégias, desde a informação até a execução da ação proposta, transformando a sociedade civil num terceiro sistema, à medida que toma consciência de si mesma e começa a interpelar-se e a conhecer-se.

Na elaboração das ecoestratégias do desenvolvimento, o planejamento trata de algumas dimensões de sustentabilidade, conforme as idéias de Sachs no seu trabalho mais recente:

- Sustentabilidade Social – é a criação de um processo de desenvolvimento civilizatório baseado no *ser* e que seja sustentado por uma maior equidade na distribuição do *ter*,

nos direitos e nas condições das amplas massas da população, e achatar a distância entre os padrões de vida dos mais ricos e mais pobres.

- Sustentabilidade Econômica - possibilita uma melhor alocação e gestão mais eficiente dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado. Esta eficiência é macrossocial, reduzindo os custos sociais e ambientais, bem diferente da lógica economicista.
- Sustentabilidade Ecológica – incrementa o aumento da capacidade de recursos naturais, limitando os recursos não-renováveis ou ambientalmente prejudiciais, reduzindo o volume de poluição, autolimitando o consumo material pelas camadas sociais mais privilegiadas, intensificando a pesquisa de tecnologias limpas e definindo regras para uma adequada proteção ambiental.
- Sustentabilidade Espacial – é aquela voltada a uma configuração rural-urbana mais equilibrada com ênfase nas seguintes questões: concentração excessiva nas áreas urbanas, processos de colonização descontrolados, promoção de projetos modernos de agricultura regenerativa e agroflorestamento, industrialização centralizada, criação de empregos rurais não agrícolas, e o estabelecimento de uma rede de reservas naturais e de biosfera para proteger a biodiversidade.
- Sustentabilidade Cultural – engloba as raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, respeitando a continuidade das tradições culturais, e até mesmo a pluralidade das soluções particulares.
- Sustentabilidade Política – privilegia a negociação da diversidade de interesses envolvidos em questões fundamentais desde o âmbito local ao global.

Porém, o desenvolvimento sustentável não é apenas um estado de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras (ALMEIDA, 1997). Este conceito parece dar a idéia de uma busca de integração sistêmica entre diferentes níveis da vida social, ou seja, entre a exploração dos recursos naturais, o desenvolvimento tecnológico e a mudança social. Entretanto, há ainda uma dúvida em relação a qual ator/agente caberia definir parâmetros valorativos e políticos capazes de nortear essa integração (SCHMITT, 1995 *apud* ALMEIDA, 1997). Trata-se de sustentar o quê? Futuro comum de quem e para quem?

É certo que a prática do desenvolvimento sustentável passa necessariamente por um processo de discussão e comprometimento de toda a sociedade uma vez que implica em mudanças no modo de agir dos agentes sociais. O sucesso das nações que devem conduzir ao desenvolvimento sustentável dependerá em grande parte da influência da opinião pública, do comportamento das pessoas e de suas decisões individuais. Mesmo considerando que existe certo interesse pelas questões ambientais há que se reconhecer a falta de informação e conhecimento das mesmas. Na opinião de Ehlers (1994) e Almeida (1996) citados por Almeida (1997: 51), "a agricultura sustentável é apenas um termo e não uma prática em andamento. Até o momento, os resultados da maioria dos programas de desenvolvimento foram os que se denominam "crescimento com miséria".

Juntar turismo e meio ambiente é ousado, pois não existem definições universais nem metodologias que permitam medir o jogo de forças entre um dos fenômenos mais importantes da sociedade moderna e o meio ambiente. As relações são, portanto, antigas. O potencial natural de uma região sempre se constitui em um dos principais atrativos para a atividade turística. Por outro lado, o próprio turismo representa uma ameaça constante ao meio

ambiente. Nos anos 60 surgiram os primeiros problemas nos países industrializados quando o turismo massificou-se rapidamente e começou a sobrecarregar a capacidade de suporte das regiões turísticas. Na década de 70, o crescimento acelerado do turismo mundial alimentou as expectativas de que essa atividade poderia se tornar um importante fator de desenvolvimento das regiões periféricas. A década de 80 marcou o início da polémica entre os defensores e os críticos do turismo (KÖHNLEIN, 1999).

É impossível conceber o conceito de Turismo Sustentável sem associá-lo às tendências do Desenvolvimento Sustentável. A idéia de se desenvolver o turismo enquanto atividade responsável quanto à utilização de recursos, acompanha a linha de pensamento do Desenvolvimento Sustentável, que foi definido pela CMMAD (Comissão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), em 1987, como: "um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação da evolução tecnológica e mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas".

Partiu-se da análise de que o turismo está principalmente relacionado, a exploração dos recursos, uma vez que a atividade turística utiliza-se de todos os tipos de recursos existentes na localidade (naturais, artificiais, sociais, culturais, históricos, econômicos, e políticos) para que juntos, constituam o produto turístico a ser ofertado. De acordo com Ignarra (1999: 115), "O Desenvolvimento Sustentável representa um novo direcionamento da atividade e, conseqüentemente, um grande desafio para os órgãos responsáveis pela preservação ambiental e pelo turismo nos países com recursos naturais consideráveis".

Não há uma definição completamente aceita de turismo Sustentável, no entanto, alguns princípios para sua existência podem ser ressaltados como a adoção de formas de turismo que satisfaçam as necessidades dos turistas tanto quanto da indústria do turismo e das

comunidades locais sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades e o turismo sustentável envolve a colaboração de todas as esferas da sociedade: órgãos governamentais, grupos de pressão (ambientalistas, por exemplo), mídia, especialistas e estudiosos, Ongs e entidades filantrópicas, os próprios turistas, a indústria do turismo e a comunidade local.

Considerando o Turismo Sustentável como "afluente" do Desenvolvimento Sustentável, a questão a ser discutida deve ser como os atrativos (recursos) devem ser utilizados, considerando que a visitação constitui em si, a principal fonte de impactos e de degradação do meio.

Para Pires (1998), a alternativa para minimizar a questão da degradação ambiental, provocada pelo modelo econômico até hoje adotado, é a opção do desenvolvimento sustentável, que visa a reflexão sobre padrões atuais de consumo e utilização de recursos naturais renováveis -e não renováveis. Contemplando o turismo sob este enfoque, Pires (1998: 46) conclui chegar-se ao chamado turismo sustentável, que tem como objetivo o "atendimento das necessidades de lazer dos turistas e a necessidade de desenvolvimento das localidades visitadas, sem que isso comprometa o meio ambiente no qual se dá a visitação".

Para Tourism Concern (1992), citado por Pires, (1998: 50), turismo sustentável: "é aquele turismo que, juntamente com infra-estrutura associada, pode tanto no presente como no futuro operar dentro da capacidade natural para possibilitar a regeneração e produtividade dos recursos naturais; reconhecer a contribuição das pessoas e da comunidade, costumes e estilos de vida para a experiência turística; aceitar que essas pessoas deva receber uma parte equitativa dos benefícios econômicos do turismo; ser guiado pelas necessidades da população local e comunidades receptoras". Para tanto, é importante a participação da comunidade local no acesso aos benefícios gerados e o compromisso com a conservação dos recursos naturais e

recreativos e da qualidade ambiental. A direção do desenvolvimento sustentável deixa de ser aquela linear, única, que assumiu o desenvolvimento dominante até nossos dias (CAMPANHOLA, 1999).

Em certos casos o desenvolvimento do turismo pode constituir-se em um meio de frear o êxodo rural, esse desenvolvimento não pode ter um único fim em si, mas constituir-se num instrumento para realizar objetivos maiores, de ordem econômica e social. Seu valor fundamental está em criar condições para alcançar a cidadania no meio rural e evitar as migrações, na conservação da paisagem ambiente e na oferta de espaços livres para o lazer das populações urbanas.

Observando a diversidade de definições, a cerca do conceito de sustentabilidade para o turismo e o desenvolvimento sustentável rural, percebem-se múltiplas imprecisões, dúvidas e até contradições. Torna-se um grande desafio, para capacidade das forças sociais envolvidas na luta por novas formas, fazer o desenvolvimento sustentável rural referente à reintegração dos múltiplos usos da terra que melhor respondam à noção de sustentabilidade e às necessidades locais, regionais e nacionais.

Segundo Almeida (1997), estes esforços não têm sido promissores, o que se constitua em um desafio para aqueles que estão empenhados na busca do desenvolvimento sustentável. Para o sucesso do turismo rural deve se levar em conta que somente haverá condições de sustentabilidade caso haja harmonia e equilíbrio na interação entre os seguintes fatores: resultado econômico, mínimo impacto ambiental e cultural, satisfação do turista e da comunidade local.

O recente reconhecimento do turismo rural como assunto explícito de estudo, porém, é claro, que nos últimos anos as atividades de turismo rural têm se modificado de forma passiva, bastando observar as paisagens. Como estas mudanças estão se refletindo na natureza dos seus

participantes, quão longe é esta reflexão de mudança da sociedade, e como a extensão dos impactos de tais mudanças são sentidas e percebidas nas áreas rurais, são temas para minhas análises e debates. Isto é também para enfatizar que o turismo rural é um agente de mudança, e não meramente uma reflexão da mudança.

Como veremos no capítulo seguinte a cidade de Cabaceiras fez a opção pelo turismo rural como forma de desenvolvimento sustentável, tomando como "mote" de visibilidade na "arena turística" (GRUNEWALD, 2001) a partir da valorização das atividades tradicionais da região. Ou seja, os produtos relacionados a caprino e ovinocultura e as atividades dela derivadas. Fazendo com que a figura do Bode esteja sempre presente na culinária, no artesanato, nas festas (a mais conhecida é a do Bode Rei), criando assim, um aparato discursivo para atividade turística.

Busca-se identificar os possíveis impactos socioculturais do desenvolvimento turístico em Cabaceiras, para verificar como e onde o turismo modificou o modo de viver e produzir tradicional, e como as pessoas diretamente envolvidas se posicionam perante essa nova situação.

IV CAPÍTULO

TURISMO E DESENVOLVIMENTO: O CASO DE CABACEIRAS

O TURISMO NO BRASIL E NO NORDESTE

O turismo como fenômeno social no Brasil começou depois de 1920, com a criação da Sociedade Brasileira de Turismo em 1923 e em 1927, quando as primeiras Diretrizes da Política Nacional de Turismo foram estabelecidas. A partir de 1996 o setor passa a ser reconhecido como importante atividade econômico-social capaz de desenvolver a economia (Fonte: Embratur).

A discussão a respeito da sustentabilidade, que repercutiu profundamente na atividade turística, - chegando-se, mesmo, a afirmar que a sobrevivência da segunda, seria diretamente proporcional à preservação da primeira -- foi rapidamente incorporada pelos técnicos desenvolvimentistas brasileiros, sobretudo a idéia de que se tratava de uma alternativa de desenvolvimento duplamente vantajosa. Primeiro, porque exigia menos investimento do que a indústria tradicional, uma vez que depende de recursos já disponíveis no local e segundo, pela possibilidade de despertar a consciência ambiental, tão necessária à região (SILVA, 2006).

Vislumbrando o enorme potencial turístico da região Nordeste, empresas estrangeiras e brasileiras têm-se lançado em empreendimentos ousados. As próprias autoridades políticas locais parecem ter encontrado no turismo, a 'vocação' do Nordeste. Aquecer a economia local, criar novas possibilidades de emprego, bem como, valorizar os recursos e as capacidades locais, são os objetivos destes empreendimentos.

A força da indústria turística no nordeste do Brasil, bem como a mudança nos hábitos dos viajantes nacionais foi evidenciada na pesquisa: “Caracterização e Desenvolvimento do Turismo Doméstico no Brasil”, divulgada pela Embratur. A referida pesquisa afirmava que a alta do Dólar teria feito com que os brasileiros descobrissem o nordeste.

De fato, em 2001, a região nordeste registrou uma alta no turismo que significou uma renda de R\$ 10,4 bilhões dos 29 bilhões gerados pelo turismo interno no país. As boas novas para o turismo nordestino não ficam restritas à generosa fatia de 35,4% desta receita. O setor foi responsável por 6,76% do Produto Interno Bruto (PIB) da Região, estimado em R\$ 154,7 bilhões, um índice bem superior ao observado em outras regiões do país. No sudeste, a representatividade do segmento na formação do PIB é de 1,9%. No sudeste, fica em 1,59% (Caderno de Economia do Diário de Pernambuco, B 06 30/06/02).

Ligado ao fato do brasileiro nos últimos anos estar redescobrendo o próprio país, o Brasil e o nordeste computaram o bom desempenho do setor, que em 2001 levou cerca de 45 milhões de pessoas a pegar carro, ônibus, avião ou mesmo carona para curtir outros ares em estados vizinhos, ou distantes. Entre 1998 e 2001, o turismo doméstico registrou um crescimento de 11%, impulsionado em grande parte pelo mau humor do câmbio.

Outro fator considerado importante pelos analistas do turismo no nordeste é a cultura. Essa se constituiria como forte atrativo para o turista. Em cada estado da região, o folclore ainda preserva danças e hábitos seculares. As rendas de bilros e a cerâmica são as formas mais tradicionais de artesanato da região. As festas juninas, principalmente em Caruaru (PE) e em Campina Grande (PB), estão entre as mais populares do país. Destaca-se também o turismo histórico. O Nordeste é a região brasileira que abriga o maior número de Patrimônios Culturais da Humanidade, título concedido pela Unesco. Alguns exemplos são a cidade de Olinda (PE), São Luís (MA) e o centro histórico do Pelourinho, em Salvador (BA). Há ainda o Parque

Nacional da Serra da Capivara, no Piauí, reserva de importantes sítios arqueológicos. Apesar de tudo isso, ainda é o Carnaval que mais atrai turistas para a região, especialmente para Salvador, Olinda e Recife. Cada uma dessas cidades chega a receber perto de um milhão de turistas em fevereiro (IBID).

A Paraíba, até bem recentemente, não figurava entre os estados nordestinos mais favorecidos pela alta no setor. Algumas tentativas começam a lograr algum êxito, mas em relação aos demais estados da região, ainda estão muito longe de serem satisfatórias. Tem-se tentado encontrar saídas para vencer as limitações, mas o turismo no estado ainda caminha muito lenta e desordenadamente.

Iniciativas como a participação da Paraíba em feiras internacionais já começa a surtir efeitos. Segundo a Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux a procura pela Paraíba vem crescendo, estando entre os estados mais procurados no país pelos turistas europeus sendo esperado cerca de 250 mil turistas europeus que segundo a previsão, devem gastar cerca de 300 milhões de Euros na Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará. Segundo analistas, o nordeste é uma região rica em condições para receber muitos turistas estrangeiros, é uma alternativa viável Para tanto, precisa estar atento a um forte concorrente, o México, que vem fazendo uma campanha intensa e forte para atrair turistas europeus.

O Estado da Paraíba, apesar de suas limitações em termos socioeconômicos, apresenta uma série de possibilidades que o coloca em posição vantajosa. Ao lado da experiência desenvolvida com turismo de eventos, possui ótimo sistema viário em boa parte do Estado, recursos humanos nas mais variadas áreas da cultura erudita e popular, além de importantes sítios arqueológicos, paleontológicos e históricos relativamente preservados e de fácil acesso, como as Itacoatiaras do Ingá e o Vale dos Dinossauros em Sousa. Este último, começa a despertar o interesse, sobretudo de turistas estrangeiros.

O fato de ser "pequenina", também é uma vantagem, pois permite ao turista interessado, conhecer e explorar, em poucos dias, e até mesmo horas, quatro regiões geográficas com climas e paisagens diferentes, possuindo também ótimo potencial para o turismo de aventura.

A riqueza e a variedade cultural do Estado também lhe propicia um potencial criativo muito significativo. E a criatividade tem sido identificada como um fator de fundamental importância em todos os momentos de dificuldade e em todas as áreas de atividade humana, particularmente na ampliação e diversificação das atividades econômicas e turísticas, pois neste último, lhe confere um toque da originalidade, que o diga, o "sítio" e "casa de farinha", - com direito a Beiju quentinho - montado no Parque do Povo no São João em Campina Grande (COLAÇO & SILVA, 2006).

As experiências bem sucedidas parecem justificar a atual confiança de estudiosos, governantes e organizações em prol de projetos turísticos sustentáveis como uma das saídas para atual crise econômica mundial.

CABACEIRAS: ORIGENS E CARACTERÍSTICAS

Foi em meados do século XVII, mais precisamente em 1670, que chegaram ao atual município de Cabaceiras os primeiros exploradores, tendo sido Antônio de oliveira, o fundador da Vila de Boqueirão, na Serra de Carnoió, primeiro núcleo de casas de brancos que a comuna possuiu (FERREIRA, 1960).

O embrião da população de Cabaceiras deu-se, primeiramente, a partir de uma história de amor entre o capitão Pascoal de Oliveira Ledo, mulato e vaqueiro, sobrinho de Antônio de Oliveira, e uma moça de uma família tradicional e conservadora. Os historiadores garantem que se tratava mesmo de uma sobrinha ou filha de criação de um fidalgo de Tatuapara, cuja

família não queria nem ouvir falar em tal casamento. Devido à rejeição dos pais da moça, os apaixonados decidiram fugir a cavalo da Bahia, local onde começou o romance, para margem direita do rio São Francisco. Nesse meio tempo, a família da moça começa a seguir os dois, mas não consegue alcançá-los; achando, então, que o casal teria morrido.

“... os apaixonados resolveram fugir a cavalo, altas horas da noite, mas os cachorros deram parte. Alarmada a família, os homens acenderam os archotes e saíram em perseguição aos fugitivos. De carreira em carreira, parando apenas para mudar de cavalo, os namorados alcançaram, na terceira noite, a margem direita do São Francisco. Nessa altura, teve Pascal idéia (de falar para as pessoas que estavam aglomeradas na beira do rio) (...): vou levar um tição aceso, que levantarei tem alto. Se a luz não apagar, é porque teremos chegado do outro lado do rio. Se apagar, é porque morremos afogados (...) alcançando o meio do rio, deixou cair o tição. Quando os perseguidores chegaram horas mais tarde, receberam a notícia de que o casal de namorados havia perecido” (PRODER, 1997 :09)

O casal atravessou o rio e posteriormente o estado de Pernambuco pela Ribeira do Moxotó, galgaram os contrafortes da Serra da Borborema, e foram surgir exatamente no lugar onde a Serra do Carnoió sofre uma solução de continuidade e que, por esse motivo, chamava-se Boqueirão, onde, por sinal, já estava estabelecido Antonio de Oliveira.

Quando os parentes da moça ficaram sabendo que o casal estava vivo, não quiseram usar de represália, porque os Oliveiras Ledo então, na Paraíba, também ricos e latifundiários; então, não lhes seria difícil juntar uma porção de “cabras” para repelir qualquer veleidade dos antigos patrões da Bahia.

Com o passar do tempo, a numerosa descendência daquele casal de namorados espalhou-se por todo o sertão paraibano, onde a história de seus amores, ainda hoje é cantada em prosa e verso.

“... os pormenores da fuga foram descritos, de maneira magistral, no livro “Lendas e superstições” de Ademar Vital. A lenda, aliás, refere-se apenas ao episódio do tição, porque tudo o mais é verdade, defendida pelo historiador Coriolano de Medeiros, que

a respeito de Pascoal de Oliveira Ledo. Diz o seguinte: o nome desse aventureiro anda na história confundindo com outro parente seu, mais afortunado, Pascásio de Oliveira Ledo, pois a fazenda onde é hoje se encontra Cabaceiras, pertencia a Pascasio e não a Pascoal” (FERREIRA, 1960: 213)

Segundo o diagnóstico do PRODER (1997), em 1730, Pascásio vendeu uma parte da propriedade a Domingos de Farias Castro, denominada “Bertioga”, e outra a Antônio Ferreira Guimarães, chamada “Passagem”. Muito religioso e morando nos extremos da fazenda, os novos donos combinaram levantar uma capela no lugar onde se desse o encontro das duas propriedades; partindo cada um de suas casa, a pé. Segundo a tradição, o local onde os dois amigos se encontraram e trocam saudações, é o mesmo onde, hoje, se localiza a matriz de Cabaceiras, substituiu a da primeira capelinha. A cidade de Cabaceiras recebeu esse nome devido à abundância de cabaças existentes nessas duas fazendas da região.

“... alguns historiadores consideram Páscasio o verdadeiro fundador dessa cidade. Outros defendem que os fundadores foram Domingos de farias Castro e Antonio Ferreira Guimarães” (PRODER, 1997:10)

A povoação só teria se iniciado em 1833. Nesse período, Cabaceiras era considerada distrito do município de Campina Grande. Com o tempo, a povoação foi elevada à categoria de vila, com a designação de Vila Federal de Cabaceiras, pela Resolução do Conselho de Governo de 21 de julho de 1834, confirmada por lei provincial nº 11 de 4 de junho de 1835, quando se desmembrou de Campina Grande, para se constituir município autônomo. A sede municipal foi transferida para a povoação de Bodocongó por lei nº 134 de 25 de outubro de 1864 e para a de Barra de São Miguel por lei nº 166 de 10 de julho de 1900. Foi restabelecida a sede em Cabaceiras por lei estadual nº 264 de 17 de setembro de 1907

(FERREIRA, 1960). Pelo dispositivo no Decreto-lei estadual nº 39 de 10 de abril de 1940, criou-se a comarca com o mesmo nome, porém desmembrada de Campina Grande.

A cidade de Cabaceiras está localizada a 420 metros de altitude, sobre o planalto da Borborema. Por estar localizada no sem-árido paraibano, apresenta um clima, de acordo com a classificação de Koppen, desértico. A temperatura anual é de 24,4°C. O município é considerado o “pólo seco do Brasil” (FERREIRA, 1960).

Sua área total é de 405 Km², que corresponde a 0,72% da área total do estado da Paraíba. Geograficamente localiza-se em 7° 3' Sul de latitude e 36° 17' de longitude e 390 m de altitude, localizada na sub-região do Cariri/Curimataú, mais precisamente na microrregião do Cariri Oriental do estado da Paraíba (ATLAS GEOGRÁFICO DO ESTADO DA PARAÍBA, 1985).

O município de Cabaceiras está localizado no Cariri paraibano e os municípios com os quais se limitam são: São João do Cariri, Campina Grande, Aroeira e Umbuzeiros, na Paraíba e Surubim em Pernambuco. A sede municipal dista 183 km da capital do Estado, João Pessoa.

Com base nos dois relatórios do PTDRS sobre o Cariri paraibano, verifica-se que, se comparada a outros municípios do território, Cabaceiras possui o melhor nível de desenvolvimento humano (IDH-M superior a 0,680). É o quinto município em renda, e possui o menor índice de analfabetismo, este, em franco declínio.

Uma das características mais marcantes dessa microrregião é o intenso processo de desertificação, fato que acarreta problemas não só ambientais, mas socioeconômicos. Na verdade, a degradação ambiental na região do cariri tem raízes históricas profundas, ligadas, inicialmente, ao desmatamento para o cultivo do algodão e a exploração de lenha para cercas e carvão, ou mesmo para formar pastagens. A caatinga foi também o principal alimento dos animais, particularmente das ovelhas e das cabras, encontrando-se hoje com um potencial

forageiro bem inferior ao que possuía antigamente. As melhores espécies forrageiras (juazeiro, catingueira, jurema, aroeira...) desapareceram ou tornaram-se ralas, enquanto outras, pouco apetitosas, como o marmeleiro, se desenvolveram, evidenciando um flagrante desequilíbrio ecológico (MDA, 2003: 35).

O título de cidade com menor índice pluviométrico do Brasil, ao contrário do que pode parecer, com a implementação do turismo, vem ajudando a pequena cidade.

Outra característica marcante da região, é que os minifúndios representam 80% das propriedades rurais, embora que este tipo de propriedade ocupe apenas 15% do território. Os 85% restantes são compostos por latifúndios, em geral, improdutivos. Esta forma de ocupação é uma herança do sistema de colonização e representa um obstáculo quase intransponível a qualquer projeto de desenvolvimento. Além disso, o território do Cariri é muito extenso e se caracteriza pela diversidade. O município de Cabaceiras está localizado na microrregião do Cariri Oriental.

De acordo com os censos do IBGE a população no município sofreu intensa transformação, passando a urbana de 15,56% do total em 1970, para 41,20% 2000. A população de Cabaceiras esta estimada pelo IBGE em 6.096 habitantes.

O aumento demográfico, de um modo geral, resulta de transformações econômicas, sociais e culturais: mudou a estrutura familiar (famílias com menor número de filhos); inserção cada vez mais alta de mulheres no mercado de trabalho; mais tempo dedicado à preparação profissional; mais pessoas na atividade culturais e de lazer.

As atrações que a região oferece são muitas. Na zona rural, em cenários que ao mesmo tempo encantam e intrigam, estão vários sítios arqueológicos com inscrições rupestres em grutas e lajes transformaram o local num dos mais importantes pontos de estudos arqueológicos do País. O maior e mais importante deles é o Lajedo Pai Mateus, com 1,5 km²,

no formato de um "prato de sopa" invertido, sobre a qual estão dispostos mais de 100 imensos blocos arredondados de granito, esculpido ao longo dos séculos pela ação dos ventos. Das poucas regiões do mundo com características geológicas semelhantes (Devil's Marbles no Outback Australiano, Erongo Mountains na Namíbia e a região do Hoggar na Argélia) esta é considerada a mais bonita e intocada.

Segundo informam os habitantes locais, o Lajedo de Pai Mateus, teria funcionado como "centro cerimonial ou local sagrado" para os povos indígenas pré-históricos que habitaram a região por pelo menos 10.000 anos.

Segundo a tradição oral, o nome atual é atribuído a um curandeiro ermitão - escravo fugido dos senhores nos tempos da escravidão - que teria habitado o Lajedo em meados do Século XVIII.. Nas paredes do grande abrigo rochoso encontramos várias dezenas de impressões de mãos humanas onde a lenda diz ter vivido o Pai Mateus foram produzidas pressionando-se sobre a rocha as mãos previamente molhadas em tinta feita com pó de óxido de ferro.

A cidade de Cabaceiras é decorada com preservados sobrados do início do século passado, museus, onde ocorre uma grande festa anual, o que justifica a invasão de turistas, que há alguns anos vem mudando a imagem do seco Cariri paraibano, bem como o modo de vida da sua população.

As ações desenvolvidas pela prefeitura com vistas à promoção do turismo consistem, principalmente, na identificação, reconhecimento e promoção de aspectos ligados à história, a cultura, ao meio ambiente, ao artesanato, à arqueologia e ao comportamento do povo cabaceirense. Este último, com o objetivo de criar um ambiente propício ao desenvolvimento econômico baseado na proposta de um turismo sustentável. Entre outras iniciativas, incentivo à de festas populares tradicionais como os festejos juninos, bem como, a criação de novos

eventos e de novos símbolos para a identificação da cidade, a exemplo da Semana Cultural e da “Festa do Bode Rei” e o Museu Histórico e Cultural do Cariri Paraibano. Estas iniciativas tinham como objetivo desenvolver a auto-estima da população e combater à antiga mentalidade dominante em toda região do nordeste, que era de auto-piedade e falta de confiança.

O fato de o município ser conhecido como o lugar que chove menos no Brasil, uma das ‘desgraças’ responsáveis pela anterior mentalidade auto-piedade, passou a ser visto como algo perfeitamente contornável e mesmo positivo, sendo turisticamente aproveitado. Um dos *slogans* promocionais é: “Cabaceiras sol pra você”. Portanto, o que antes representava vergonha e para os nativos, hoje é motivo de atração para os visitantes: “venha conhecer esta terra que tem sol o ano inteiro”.

ATIVIDADES TURÍSTICAS EM CABACEIRAS

Estimulados pelas experiências bem sucedidas de turismo rural respaldadas em estratégias de desenvolvimento com base em parcerias públicas e privadas, autoridades políticas locais e regionais decidiram aproveitar o potencial natural, histórico e cultural de Cabaceiras, adaptando-a aos interesses do momento, para que esta se tornasse interessante ao mercado do turismo de lazer.

Dez anos se passaram desde então. Muito foi realizado nesse setor com relativo êxito, como veremos a seguir. Alguns esforços dos setores público e privado já começam a surtir efeitos positivos, sobretudo em seguimentos privilegiados da população. Contudo, a decantada sustentabilidade ainda é, em grande medida, uma meta a ser alcançada.

A “Festa do bode Rei”

Entre os eventos criados, a “Festa do Bode Rei” é a de maior projeção turística para o município. O festival recria o cenário de antigos castelos, com muradas reais, praça e a residência de sua majestade, o bode. Durante o evento também acontece o desfile da “comitiva real”, composta pelo “Bode Rei”, “Cabra Rainha”, o príncipe e a princesa nas principais ruas da cidade.

O bode é coroado como rei dos animais do Cariri por sua importância na economia da região e pela sua capacidade de resistência e adaptação à seca. A cidade possui o terceiro maior rebanho da Paraíba, com cerca de 20 mil cabeças, distribuídas por cerca de 400 caprinocultores. Levando-se em consideração o fato de que a composição familiar na região gira em torno de quatro pessoas, pode-se supor que apenas a criação envolve diretamente, 25% da população do município.

A festa se constitui num grande festival de animais, produtos, serviços e cultura ligados ao mundo dos caprinos e ovinos que atrai turistas da Paraíba, dos estados vizinhos e distantes e até do exterior. A festa acontece em quatro partes distintas interligadas entre si: Parque do Bode Rei, onde é realizada a Expofeira de animais, produtos e serviços da caprinovinocultura, com desfile e exposição de animais (julgamento de raças); Arraial do Bode Rei, ambiente destinado à exposição do artesanato; Praça de Alimentação (espaço da gastronomia regional, também chamada de “culinária bodística”, com iguarias como pizza, hambúrguer, buchada, lingüiça, almôndega, carne de sol de bode); Amostra de bens culturais com companhias de danças, quadrilhas, forró pé-de-serra, “bumba-meu-bode” e a Praça do Bode Rei, o lugar onde acontecem os shows e as apresentações musicais.

A Divisão de Cultura da Prefeitura Municipal criou a Companhia de Cultura do Município, responsável pela produção de vários espetáculos de dança e teatro, a exemplo do espetáculo “Bumba Meu Bode”, que já se apresentaram em vários eventos regionais e nacionais, entre eles, o VIII Festival do Folclore da Fundação Joaquim Nabuco no Recife - PE e no Festival Nacional de Artes (Fenart) em João Pessoa – PB. A culinária regional é outro aspecto aproveitado turisticamente. A cada ano durante a “Festa do Bode Rei”, a Prefeitura promove o Festival Nacional de Buchadas e o Festival Gastronômico, como forma de promover a culinária regional, aumentando assim a competitividade dos negócios. A importância do turismo de evento como alternativa de desenvolvimento para o semi-árido tem sido confirmada em seus resultados concretos. Uma cidade com menos de cinco mil habitantes, recebe hoje quarenta mil visitantes em apenas uma semana.

O Museu Histórico e Cultural do Cariri paraibano

Este espaço conta a história da região e de sua população através de peças que são verdadeiras relíquias do passado. O município de Cabaceiras, que preserva boa parte da arquitetura original, apresenta-se como cenário para uma visita dos detalhes de uma Paraíba cabocla. Este espaço está implantado no antigo prédio da cadeia pública da cidade e na antiga residência oficial do prefeito.

O primeiro prédio da cidade data de 1890, passou por um processo de restauração onde foi preservada a arquitetura da época e investiu-se na recuperação de peças com valor histórico para o Estado como a descoberta de inscrições com nomes, datas e até frases nas telhas que cobriam a cadeia, além de vestígios da antiga calçada e de peças artesanais. A residência do prefeito era um prédio que despertava muita curiosidade por parte da população, mas servia

para promover um distanciamento entre poder executivo e os cidadãos, já que apenas um grupo muito restrito tinha acesso a esta casa.

O espaço abriga a história da caprinocultura, desde a sua aparição na pré-história até os tempos atuais, apresentando toda a cadeia produtiva e sua importância para a economia local, além de atuar como atrativo turístico para o município, e como fonte de pesquisa e estudo. A residência oficial do prefeito se compõe de alpendre, sala, cozinha. A indumentária dos criadores de caprinos da região também faz parte do museu totalizando mais de 200 referências ligadas à tradição local.

Ação de capacitação da comunidade

Outra ação voltada à promoção da cidade e dos produtos turísticos locais é a cuidadosa elaboração de *folders*, cartazes, logomarcas, slogans, imagens em vídeo. A Prefeitura tem buscado a parceria de várias instituições especializadas na área do turismo, a exemplo do Sebrae, PBTUR (Empresa Paraibana de Turismo), Universidades Públicas e Privadas, entre outros. De acordo com o Prefeito Arnaldo Júnior, nesse aspecto, “indiscutivelmente o Sebrae tem sido um parceiro de primeira grandeza”.

As parcerias são voltadas principalmente à promoção de cursos, palestras, treinamentos, participação em feiras e demais eventos do gênero, com a finalidade de promover a capacitação empreendedora dos envolvidos com a atividade, bem como, proporcionar a conscientização da comunidade local. Um importante programa de capacitação a ser destacado é o “programa turismo na escola”, realizado, também, em parceria com o Sebrae. As escolas do município utilizam o turismo de diversas formas nos seus conteúdos curriculares. São trabalhados aspectos da história, da cultura e do meio ambiente local. Alunos da oitava série da Escola Municipal de Ensino Fundamental Abdias Aires de Queiroz

produziram um “vocabodário”, a partir de um trabalho de pesquisa sobre expressões populares faladas no dia a dia, baseadas na cultura de caprinos. Também, foi incentivada a produção de literatura de cordel sobre a cultura local, voltada para o turismo.

Durante a Semana de Cultura são promovidas palestras, debates e oficinas sobre temas variados: dança, música, teatro, literatura, patrimônio histórico, cinema etc.

Ação de Apoio à Criação de Empreendimentos Turísticos.

As ações mais efetivas de Apoio à Criação de Empreendimentos Turísticos desenvolvidas pelo poder público local, as quais seus representantes afirmam ter sido desenvolvidas para o fortalecimento do turismo em Cabaceiras foram as seguintes:

- Criação de pontos de comercialização de artesanato na cidade e incentivo para a abertura de outros. A revitalização da Praça General José Pessoa, patrimônio histórico do município, possibilitou a instalação de mais dois negócios: um de comercialização de artesanato local e outro de doces, biscoitos, água de coco etc;
- Em parceria com Sebrae, está sendo montado um centro de qualificação profissional para artesãos que utilizam o couro como matéria-prima (principalmente o couro do bode), que é fruto de uma experiência bem sucedida -- a cooperativa Arteza. Estimula, ainda, a participação destes artesãos em feiras regionais e nacionais;
- Disponibilização de infra-estrutura de barracas para comercialização de bebidas e comidas nos principais eventos da cidade;
- Estímulo ao surgimento de grupos musicais e vários artistas regionais por meio de apoio financeiro a “artistas da terra” nas produções de seus trabalhos, a exemplo da produção de CDs, livros e cordéis, esculturas, etc.

- Apoiou na construção do Hotel Fazenda Pai Mateus e na Pousada Rancho da Ema. No momento, está incentivando a criação de um novo equipamento de hospedagem local – a Fazenda Rural Santa Terezinha.
- Construção na cidade de um centro de produção e comercialização de artesanato, que já é bem aproveitado para a realização de negócios durante os eventos na cidade.
- De acordo com a percepção de representantes do poder público municipal, uma ação da prefeitura que tem se mostrado fundamental no incentivo ao surgimento de serviços ligados ao turismo foi a redução do ISS, imposto de competência municipal sobre serviços. Anteriormente, a alíquota deste imposto era de 5% sobre quaisquer tipos de serviços. Foi verificado que ninguém pagava esse tributo e a Prefeitura fazia de conta que não existia. Com a elaboração de um novo código tributário a alíquota do ISS foi reduzida para 2%.

Cabaceiras é hoje reconhecida pela Embratur como Município de Potencial Turístico. Atualmente, é um dos principais destinos turísticos da Paraíba, com destaque pelo o grande fluxo de turistas internacionais. A partir do ano de 2001 chegou a receber turistas estrangeiros em maior número do que os recebido pela própria capital do estado. As belezas singulares da reserva ecológica Pai Mateus é o principal atrativo.

Ambiental

A partir da divulgação do Lajedo do Pai Mateus, as autoridades se deram conta de que esta região necessitaria de um programa oficial para sua preservação. Atualmente, pretende-se transformá-lo em arte de uma Área de Proteção Ambiental (APA), é uma categoria de

Unidade de Conservação, voltada para a proteção de riquezas naturais que estejam inseridas dentro de um contexto de ocupação humana. O principal objetivo é a conservação de sítios de beleza cênica e a utilização racional dos recursos naturais, colocando em segundo plano, a manutenção da diversidade biológica e a preservação dos ecossistemas em seu estado original. Quando há alguma apreensão de animais feita pelo Ibama, o Lajedo é uma das áreas em que os animais são soltos para regressarem ao seu habitat natural. Assim, verifica-se que o investimento em turismo neste local pode propiciar a mudança de comportamento em relação à exploração dos recursos naturais.

Econômico

Novos empreendimentos foram criados, como hotéis, pousadas, bares, restaurantes, lojas de artesanato, mercados diversos. De acordo com informações de representantes da prefeitura, tais estabelecimentos geram mais de 100 empregos diretos e cerca de 400 indiretos.

Com a promoção de eventos a exemplo da Festa do Bode Rei, Semana de Cultura, Festejos Juninos, Festa Religiosa de São Bento, em torno de 300 pessoas são empregadas temporariamente em suas produções. Na última edição da Festa do Bode Rei, a prefeitura cadastrou 150 empreendedores locais e de cidades vizinhas, entre barraqueiros e ambulantes. No período das festas a Prefeitura oferece o serviço de hospedagem alternativa que consiste na disponibilização, mediante remuneração, de imóveis residenciais (todo o ou parte) para hospedagem de turistas. Desse modo, algumas pessoas utilizam suas próprias casas como hospedaria, criando mecanismos alternativos de geração de renda.

Apesar disso, segundo (NETO & SILVA, 2007) em artigo sobre turismo sustentável em Cabaceiras, a infra-estrutura de hotéis no período das festas ainda é insuficiente, pois:

“Cabaceiras dispõe de quatro diferentes tipos de hospedagem: O Hotel Fazenda Pai Mateus, destinado a um público que busca tranquilidade e contato com a natureza do local, que é uma UC (Unidade de Conservação), localizado há 24km da sede municipal. A Pousada Racho da Ema, destinada a grupos em busca de lazer nos finais de semana, se localiza na entrada da sede municipal (durante o período da pesquisa não estava em funcionamento devido à questões particulares do proprietário). E o dormitório para viajantes no centro da cidade, este, bem mais simples que os anteriormente citados. Em entrevista com o dono do estabelecimento, José Ozanildo de Farias, este nos afirmou: “Eu tenho 30 quartos. Iniciei com apenas 6 e hoje estou construindo mais 8 quartos. Minha pousada hoje não ocupa 30% do fluxo de turistas, durante a festa ela é pequena..., mas é grande para o resto do ano. Durante o ano, vem grupos de 30, 40 pessoas ver a cadeia produtiva da caprinocultura e o artesanato, mas é a festa do Bode-Rei que tem gente de sobra.” Diz ele, fazendo referência à “Festa do Bode Rei” com duração de três dias, quando a cidade recebe mais de 40 mil pessoas. O quarto e último tipo de acomodação é o aluguel de residências”. (NETO & SILVA, 2007).

A infra-estrutura hoteleira quando não é bem equacionada pode gerar problema futuros.

Com efeito, conforme ressalta Brito (2007) em seu artigo sobre turismo na Chapada Diamantina, a mudança na forma de acolhimento do turista tem interferido na forma de acolhimento dispensada pela população da região. Segundo o referido autor:

“Apesar da hospitalidade ser uma virtude dos moradores da Chapada Diamantina - inclusive reconhecida pelos visitantes e vendida como atração pelos agentes turísticos - entre os diversos atores sociais ligados ao turismo, esta vem sendo substituída por uma relação marcada pela comercialização excessiva, na qual o turista é colocado na condição de alvo para a exploração e obtenção de lucro fácil” (BRITO, 2007: 4).

Ele argumenta que em decorrência do incremento do turismo na região, houve uma mudança no perfil dos visitantes. Na imagem dos moradores, estes seriam mais endinheirados, conseqüentemente, a abordagem dos moradores em relação a esse turistas ficou mais incisiva, nas palavras de Brito, tornou-se uma verdadeira “caça ao turista” (2007: 5).

Em Cabaceiras essa mudança não ocorreu, até porque, o hotel que recebe o turista estrangeiro fica distante da cidade e tem pouquíssima interação com o município. Na sede do

município existe uma pousada sem estrutura, que aluga quartos para vendedores e viajantes de baixa renda e um hotel razoavelmente confortável, cada um deles dirigido a um perfil diferente de turista. Porém, como o provável aumento do número de visitantes ao município essa realidade possa mudar e se instalar um processo semelhante ao que acontece na Bahia. Pode ser também que jamais ocorra, uma vez que a festa do bode rei espelha-se na tradição local, tendo como principais visitantes os próprios habitantes da região, ao contrário da Chapada Diamantina, que recebe atualmente um maior contingente de sulistas e de estrangeiros.

Quanto ao comércio formal, segundo informam, este teria regularizado as vendas. O artesanato aumentou a demanda, tanto de mercadorias como de mão de obra. Como consequência, aumentaram também o faturamento, a quantidade de artesãos produzindo no setor de curtimento do couro de caprinos e ovinos, movimentando, assim, a economia da cidade. A Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couros de Cabaceiras – Arteza – tem cerca de 27 artesãos e curtumeiros associados que produzem souvenirs vendidos aos turistas que visitam a região. Criada em 1998, a cooperativa está abastecendo não apenas o mercado local, mas também os estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Paraíba, além do Distrito Federal. Mas o trabalho da Arteza não se limita à produção do artesanato o em couro. A preparação da matéria-prima também é de responsabilidade dos associados. Segundo o diretor industrial da cooperativa, Carlos Castro, o curtimento do couro era realizado à “beira do rio, sem preparo nem preocupação com o meio ambiente”. Hoje, chega-se a curtir em média, 100 peles do couro da cabra em 48 horas. Em Cabaceiras, os produtores os produtores optaram por um sistema de lavagem com base em um produto natural, o tanino. “Temos o cuidado de preparar o couro para que ele não saia do curtume com cheiro forte característico dos caprinos e ovinos”, afirma Carlos... Hoje, são mais de 100 pessoas, produzindo artesanato

em couro, madeira, tecido, cordão, flores, fuxico etc. Tais resultados promoveram um impacto positivo na arrecadação da prefeitura (DUTRA, 2001).

Social

O município de sempre foi visto pelos vizinhos como motivo de piada por ter o menor índice pluviométrico do País. Esse fato fez com que sua população tivesse vergonha de dizer que era de Cabaceiras. Com as ações recentes, principalmente com enfoque no turismo, o município hoje se destaca de forma positiva na grande mídia regional, nacional e até internacional. A Pousada Pai Mateus tem um arquivo com diversas revistas nacionais e internacionais especializadas em turismo ou revistas de linhas aéreas que destacam o potencial turístico de Cabaceiras, tendo como principal expoente o Lajedo do Pai Mateus. De acordo com um representante do Sebrae, “nos anos de 2002, 2003 e 2004, as vezes que o estado da Paraíba figurou de forma positiva na imprensa, em grande parte, foi por meio das realizações de Cabaceiras”. Isso tem melhorado a percepção que os cabaceirenses estão tendo sobre sua cidade e sua auto-estima.

Com os cursos, treinamentos e palestras, são beneficiados, estudantes, professores, proprietários e funcionários de equipamentos ligados ao turismo. De acordo com as falas de moradores da cidade, as campanhas educativas voltadas a boa recepção ao turista, as ações para manter sua cidade limpa, a educação com relação à utilização dos recursos naturais como água e energia estão estimulando a população do município contribuir para o turismo sustentável no município.

Um dos argumentos da prefeitura é que as ações voltadas para o turismo vêm colaborando para a melhoria do Índice de desenvolvimento Humano (IDH) – que se encontra com o IDH-M 2000: 0.6826, tendo a classificação nacional: 3269 em 5507 municípios e a

classificação no Estado em 8º, com 223 municípios – e a diminuição ou até mesmo a estagnação do êxodo em direção aos estados do sul e sudeste. Este fato pode ser reflexo de outros fenômenos sociais, uma vez que é baseado nos dados do censo do PNUD de 2000 IBGE de 2000 (que demonstram que, depois de muitos anos de trajetória descendente, a população de Cabaceiras cresceu), e, que por isso, poderia não dar tempo suficiente para verificar tais ações que começaram em 1998.

Cultural

No projeto de desenvolvimento sustentável ora em curso em Cabaceiras o fator cultural desempenha um papel fundamental. Com efeito, a noção de que o investimento em turismo vem permitindo o “resgate” da história e a conseqüente revitalização do patrimônio arquitetônico, a articulação com a religiosidade, e a capacitação da comunidade para se tornarem multiplicadores destas ações já é um fato concreto. A referida capacitação envolve o conhecimento da história de Cabaceiras, o fortalecimento e o incentivo da produção de cordéis, a criação de grupo de teatro, para atuar, inicialmente em peças que retratam a história do município.

Neste ponto, as ações se dão no sentido do aproveitamento do cotidiano do povo da região. Assim, a caprinocultura serve de inspiração para desenvolver atrativos turísticos. As ações do fortalecimento da caprinocultura não ficam restritas à “Festa do Bode rei”. Pretende-se também inculcar a idéia de que o caprino, além de sua importância econômica e de subsistência gera também um comportamento característico dessa população que se manifesta no modo de falar.

Pensando nisso, buscou-se desenvolver o “vocabodário”, que é uma espécie de glossário das expressões forjadas pelos criadores de bode, desenvolvendo uma espécie de etimologia de palavras que têm como origem a caprinocultura.

Cidadania

Em 31 de dezembro de 2001, a Prefeitura criou o Conselho Municipal de Turismo, instrumento de planejamento e deliberação sobre a política local de turismo que reúne a iniciativa privada (comércio e rede de hospedagem), o setor público (executivo e legislativo) e a sociedade civil (associação de criadores de caprinos e ovinos, cooperativa dos artesãos, Rádio Comunitária Cabaceiras FM, Igreja Católica e Igreja Evangélica), criando assim, um importante instrumento de formulação de ações voltadas para este setor, onde as decisões vêm se dando de maneira participativa.

Foi observada também, nas falas de alguns moradores da cidade, a disposição de colaborar nos eventos. Esta colaboração se dá tanto na divulgação de Cabaceira para conhecidos de outras cidades, quanto na disponibilidade de suas casas para alugar durante a “Festa do Bode Rei”. A consciência de muitos sobre a necessidade de manter bem conservada a cidade revela também uma atitude cidadã.

Físico-territorial

O maior atrativo turístico do município é o Lajedo Pai Mateus. De acordo com a lenda, o mesmo teria servido de moradia a um eremita curandeiro no século XVIII, que se chamava Pai

Mateus. O lajedo fica na Fazenda Tapera, hoje transformada em Hotel Fazenda Pai Mateus, localizada a 25 km de Cabaceiras, com acesso por estrada de terra.

Segundo o proprietário da pousada, a preocupação da fazenda era com a criação de bovinos, ovinos e caprinos, com a produção agrícola de subsistência e com a exploração do granito. “Nunca se pensou em fazer deste lugar um hotel fazenda para receber visitantes Mas a partir de 1998, com a filmagem do seriado O Auto da Compadecida, tivemos que alojar alguns dos atores e produtores. Foi aí que surgiu a idéia de montarmos um hotel”, relembra. Para tanto, foram construídos 22 apartamentos, totalizando 65 leitos. Quatro funcionários trabalham como guias.

Todos eles receberam aulas de inglês, noções sobre atendimento ao público, culinária e conscientização ambiental. O empresário acredita que a procura dos turistas pela cidade e pelo hotel fazenda se dê mais pela curiosidade em conhecer o local onde foi produzido o filme. Por conta dessa alta demanda, o empresário firmou um contrato de exclusividade por cinco anos com uma agência de turismo da Escandinávia, a SLG. Mais de mil turistas estrangeiros já visitaram o hotel-fazenda em dois anos. No livro de registros da Pousada pode-se verificar a assinatura de mais de sete mil turistas que visitaram a pousada e o lajedo a partir de 1999.

Político-institucional

O Programa de Turismo do Município de Cabaceiras vem recebendo uma grande colaboração do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) da Paraíba, que ajudou na capacitação das pessoas, no que se refere ao atendimento, inglês

básico, espanhol básico. Outro ponto é a ajuda nos empreendimentos, na tentativa de manter o povo na sua terra, impedindo que vá buscar oportunidades de trabalho em outros estados.

Outro fator que também teria auxiliado a divulgar Cabaceiras e a sensibilização regional, ampliando a quantidade de parceiros, entre eles, agentes de turismo de outros municípios que se voltaram para o turismo como alternativa de sustentabilidade socioeconômica.

Esse fortalecimento incrementou ainda mais depois que Cabaceiras passou a fazer parte do “Pacto novo cariri”, que congrega 31 municípios. Tal iniciativa visa promover o desenvolvimento da região, por meio de políticas públicas baseadas em vocações locais, que possam ser desenvolvidas de forma integrada entre os municípios. Entre os parceiros do Pacto estão a Federação dos Municípios da Paraíba (Famup), a Associação dos Municípios do Cariri Paraibano (Amcap), a Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural (Emater) da Paraíba, o Tribunal de Contas do Estado, o Banco do Nordeste, além do próprio Sebrae.

Científico-tecnológica

Como já fora destacado, o programa de turismo busca se articular com outros segmentos produtivos da cidade. Os que mais se destacam são: o Projeto Mandala e a cadeia da caprinocultura. O Projeto Mandala é um modelo inovador de irrigação que distribui água uniformemente para plantações diferentes em pleno sertão nordestino. A irrigação é em forma de círculos concêntricos e com várias culturas integradas, possuindo um custo inferior à irrigação tradicional. Ela é voltada para os pequenos proprietários ou associações rurais. A “Mandala” de José Maria, num distrito de Cabaceira, tem atraído visitantes, inclusive de outros Estados que ficam impressionados com a fartura e diversidade de plantações em uma área tida como pequena. Dessa forma, a “Mandala” vêm se caracterizando também como um

ponto turístico (uma espécie de turismo de negócios), gerando ainda uma renda extra para as famílias beneficiadas, que acabam recepcionando as pessoas com comidas típicas da região.

A cadeia da caprinocultura como um todo, incluindo o artesanato tem despertado muita curiosidade nos turistas, tornando-se, assim, um dos pontos importantes de visitação no município. Assistir a exposição dos artesãos a respeito de como era o curtume antigamente e quais os efeitos perversos para o meio ambiente e a qualidade de vida e do próprio produto final, o couro, e como é hoje, é um outro fator de atração desta forma de turismo.

Outro ponto importante a ser destacado neste projeto, é a parceria que a prefeitura vem articulando com a Universidade Federal de Campina Grande visando ampliar as formas de consumo da carne caprina. Nesse sentido, foi desenvolvido o hambúrguer de bode, batizado de “mec bode”, que tem se destacado pelo baixo teor de gordura e pela forma bastante inovadora nas exposições culinárias que a cidade promove em suas festas.

Desse modo, Cabaceiras se destaca como exemplo de sucesso baseado na “simulação”, a partir da encenação dirigida para criação de um complexo discursivo de atrativos turisticos como recurso legítimo, senão para solução definitiva, pelo menos como alavanca para a mudanç a de mentalidade no enfrentamento dos problemas que afligem a região, entre outros, a baixa qualidade de vida de boa parte da população, o desemprego e a migração, reproduzindo, assim, no interior do nordeste, a experiência de outros lugares do mundo.

Diríamos que Cabaceiras confirma nosso pressuposto de que a cultura como atração turistica pode trazer resultados positivos para a comunidade envolvida, não apenas em termos econômicos, mas também, cultural e identitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esta “viagem”, que é o trabalho intelectual, procurou-se discutir o fenômeno turístico, sua complexidade e especificidades como fenômeno constituinte da modernidade. A modernidade tem representado um conjunto de experiências constitutivas da ordem social em seus aspectos institucionalizados, assim como, um conjunto de experiências subjetivas

estabelecidas na relação humana com o tempo e o espaço mediados por processos de mercantilização da cultura. São também experiências fundadas nas ambigüidades e paroxismos entre a racionalidade e os sentimentos.

A figura do turista nesse contexto, tem sido vista como representativa da efemeridade e do descompromisso com os lugares por onde passa. Nesse sentido, a idéia do “escapismo” aparece como questão central do turismo para alguns autores. Contudo, cabe lembrar, que ao se escapar de algo, se vai em busca de alguma outra coisa. A resposta mais recorrente na literatura é que o turista busca o prazer e que esse prazer parece estar sempre muito longe, só podendo ser encontrado através de um deslocamento de longa distância, que se depare com o extraordinário, pois as análises, em geral, privilegiam a experiência do turismo internacional, a qual representaria uma das outras dimensões fundamentais do turismo, que é o contraste entre culturas. A literatura também tende a destacar as viagens turísticas como algo planejado pelas agências de viagens.

Foi visto que o meio rural tem suas particularidades como atrativo para o turismo. Desse modo, há diferentes tipos de turismo, onde as experiências turísticas devem ser relativizadas, embora estejam entrelaçadas com algumas questões que fazem parte da natureza do turismo. Espaços como o campo privilegiam a percepção da natureza.

O turismo ainda nos remete ao romantismo, ou ao “olhar romântico”, na expressão de Urry, desde o momento em que, na modernidade, se abriu um espaço para a expressão mais livre das emoções, a partir do século XVIII, na Europa. Esse momento também esteve associado à valorização da natureza, que, segundo Taylor, contribuiria para a expressão dos sentimentos. Taylor também observou que a expressão de sentimentos e de afeto é um processo que começou pela família. Então, as novas formas de contato com a natureza e a família passaram a fazer parte de um espaço, na modernidade, de se fugir à racionalidade

predominante, na experiência moderna. Buscar a natureza através do turismo é também buscar a familiaridade e os afetos.

Dessa forma, os “encontros turísticos” não seguem uma lógica/racionalidade, pois os turistas se relacionam com seus sentimentos. O turismo é uma possibilidade de encontrar as emoções, o irracional, e, embora seja algo institucionalizado, há circunstâncias em que, através do turismo, se escapa dos excessos da modernidade e também de suas lacunas. São questões que fogem com facilidade do controle dos agentes envolvidos, tornando-se mais radicais a partir dos processos globais. Desse modo, também são “encontros globais”, resultantes das dinâmicas econômicas, dos fluxos internacionais e das novas tecnologias de comunicação.

Diríamos que Cabaceiras apesar de pequena e interiorana, também tem sido afetada por esses processos globais, constituindo-se como um espaço de múltiplos contextos e encontros entre turistas, locais, vendedores ambulantes, artesãos, etc., são dimensões que, muitas vezes, se misturam com a lógica do mercado ou se contrapõem a ela, através do afeto.

O Município dispõe de uma paisagem rural de expressivo valor, com grande potencial para a atividade turística, ainda engatinhando na condução de seu desenvolvimento por várias razões. Entre outras, falta de incentivo e recursos, necessidade de planejamento turístico a longo prazo, que deve estar inserido no âmbito do planejamento municipal local e regional e não apenas centrado nos problemas locais e nas necessidades e limitações do meio e das comunidades rurais. Em Cabaceiras, o poder municipal exerce um papel fundamental ao alicerçar um plano de turismo. Para que se possa promover o desenvolvimento adequado do turismo e melhoria nas condições de vida dessas comunidades, deve-se buscar maior proteção aos recursos naturais com a participação efetiva da população, o que não pode ser desenvolvido a contento senão através união de esforços.

Verificamos que o turismo pode, de fato, contribuir para o desenvolvimento do município como um investimento econômico a médio prazo quando considera a sustentabilidade como um objetivo a ser buscado a longo prazo, porque o turismo possibilita o trabalho conjunto com as atividades de caprino-ouvinocultura existentes, como foi visto em alguns espaços da área de estudo.

Para garantir o aproveitamento do potencial turístico sustentável em Cabaceiras a médio e longo prazo, se faz necessário um planejamento cuidadoso para evitar esforços inúteis, desequilíbrios locais e conseqüências sociais, culturais e ambientais negativas. Com efeito, para ser economicamente viável e aceito pela comunidade local, seria necessário uma infra-estrutura e condições adequadas à atividade de turismo na região.

Vimos que o turismo pode incorporar-se a outras atividades econômicas no meio rural do município como um instrumento de auxílio para frear o êxodo rural. Esta alternativa foi adotada em vários países com o objetivo de manter o homem no campo com os benefícios advindos desta atividade na melhoria da qualidade de vida e com o aumento da produtividade da terra, conseqüência do aproveitamento econômico dos encantos naturais e culturais da área rural, da religião e dos costumes dos moradores que ali instalados.

O turismo como atividade econômica, com suas características de integração da cultura regional, pode ser considerado uma boa direção para o desenvolvimento da região. Percebe-se que a comunidade local está disposta a aceita-lo como alternativa econômica. Porém, não pode ser uma atividade única, e sim, complementada por outros segmentos econômicos geradores de renda no campo. A motivação dessa atividade, mediante uma nova relação com o uso da terra, passa a ser um atributo de atração turística. Há de trazer benefícios para quem vive no local.

Tudo parece indicar, que em área rural, a ligação do turismo com a economia local e regional pode de fato, funcionar como incentivo à produção organizada, no caso do crescimento produtos típicos da região, ou o aprimoramento da produção é prioritário para o sucesso dos negócios de turismo no contexto econômico de Cabaceiras. O desenvolvimento do turismo pode complementar e aprimorar atividades existentes como as que já se desenvolveram na região, no caso, os curtumes e a caprinocultura

A exemplo de outras regiões, podem ser aproveitados recursos como sedes de fazendas, devidamente adaptadas para receber turistas, onde se possa promover a integração dos mesmos com as atividades ali desenvolvidas, proporcionando aos turistas um clima mais agradável e natural possível, permitindo que participem das atividades rotineiras das mesmas. É necessário despertar nos produtores a motivação para descobrir que suas propriedades têm potencialidades ainda não exploradas, que podem transformar-se em fonte de renda com o turismo.

Esta região passou por um processo de ocupação nos últimos anos, sem que fossem tomadas as devidas ações de preservação do meio rural natural e seus costumes. Esse processo de desenvolvimento, apesar dos recentes esforços, tende a continuar, o que constitui verdadeiro desafio, não só nas mudanças globais das estruturas como também no surgimento de uma mentalidade que sirva de sustentação para o desenvolvimento rural local, desde que as decisões sejam tomadas no âmbito local e que haja controle adequado de uso do espaço.

Conclui-se também que a exploração da atividade turística, como alternativa de investimento ainda é muito limitada e, de certa forma, isolada. Cabaceiras apesar de apresentar recursos naturais e potenciais ao desenvolvimento de atividades turísticas, ainda é uma região tímida e pouco explorada devido às seguintes causas:

1) comunidades locais ainda pouco envolvidas, que não vêem o turismo ainda como um negócio, carência de planos de desenvolvimento turístico municipal; tradições agrícolas que desencorajam a motivação de adquirir novas formas de negócio; difícil acesso às informações necessárias para conduzir a atividade turismo em área rural; pessoal pouco capacitado;

2) necessidade de investimento em infra-estrutura básica, rede de esgoto, água, eletrificação, serviços de saúde, educação, sistema viário, rede de comunicação, etc. A falta ou precariedade da infra-estrutura pode inviabilizar o desenvolvimento da atividade do turismo;

A superação deste quadro só será possível se houver uma conscientização dos proprietários, lideranças e autoridades municipais, considerando uma mudança de postura, bem como a necessidade de se repensar as ações que vêm sendo desenvolvidas pelo atual sistema de organização para a área rural.

Como afirma Yázigi (1999), é necessário também saber por onde começar um desenvolvimento turístico para a região como todo (com visão de que esta é uma atividade de negócio) e não um seguimento que possa amadurecer em curto espaço de tempo.

Almejar melhorias para elevar o nível de vida da comunidade local mediante os benefícios econômicos do turismo, torna-se um desafio para os segmentos envolvidos na procura de caminhos que incorporem medidas dentro de um plano de desenvolvimento rural integrado e de preservação às características do local, bem como o reordenamento territorial referente à reintegração das múltiplas formas de uso da terra, que reconheçam as novas formas de atividades que vêm surgindo no meio rural.

Enfim, nos daremos por satisfeitos, se este trabalho for apenas mais um porta voz contrário à visão tradicional, segundo a qual, o 'cariri paraibano é economicamente inviável'

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável.
In: Almeida, J.; Navarro, Z. Reconstruindo a agricultura: ideia e ideais na perspectivas
de um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRG, 1997. p.23-

55.

ALMEIDA, J.A.; BLOSS, W. Turismo e desenvolvimento em espaço rural. *Ciência e Ambiente: Agricultura Territorial e Meio Ambiente*, n.º 15, p.31-49, 1997.

AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas:Papirus, 1994.

BARRETO, Margarita. *As Ciências Sociais Aplicadas ao turismo*. In: LUCHIARI, Maria T. D. P. (org). *Olhares Contemporâneos Sobre o Turismo*. Campinas: Papirus, 2000.

_____. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. In: STEIL, Carlos A. *Horizontes Antropológicos: Antropologia e Turismo*. Porto Alegre, ano 9, n. 20, 2003.

BAUDRILLARD, Jean. *Modernité*. In: *Encyclopedie Universalis*, v. 12, p. 424-429, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999a.

BAUMAN, Zygmunt *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999b.

BAUMAN, Zygmunt *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Introdução; No começo era o projeto*. In: *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BARTH, F. *Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. In: POUTIGNAT, P. e STREIFF-FENART, J. *Teoria da Etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.

BOORSTIN, Daniel J. *The image: a guide to pseudo-events in America*. New York: First Vintage Books Edition, 1992.

BRITO, Francisco E. M. Da acolhida solidária, à hospitalidade comercializada. São Paulo: Revista Travessia, 2007. ano XX n. 58.

BRITO, Francisco E. M. Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina. Salvador: Edufba, 2005.

BOULLÓN, R.C. Marketing turístico: una perspectiva desde la planificación. Buenos Aires: Librerías Turísticas, 1998.

_____. Las actividades turísticas y recreacionales: el hombre como protagonista. 3.ed. México: Trillas, 1995.

CAMARGO, A. Os pioneiros do desenvolvimento sustentável: os melhores parceiros, as melhores práticas, 1999. [Online] <<http://mma.gov.br/port/SE/agen21/experien/prefacio.html>>.

CAMARGO, A.M.; ANEFALOS, L.C.; COELHO, P.J.; OLIVETTI, M.P. Alteração na composição da agropecuária no Estado de São Paulo. Informações Económicas, v.25, n.º 5, p.49-50, maio 1995.

CAMPANHOLA, C. Levantamento e análise de bibliografia temática do planejamento e manejo ambiental para o desenvolvimento rural, [online].

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. Tourism in rural área as a new Opportunity for small farmers. [online], 1999
<http://www.eco.unicamp.br/projeto/rurban23.html>>.

CARLOS, Ana Foni Alessandri. " O turismo e a produção do não-lugar". In: YÁSIGI, E; CARLOS, A. F. A e CRUZ, R. de C. A(Orgs). Turismo: Espaço, Paisagens e Cultura. São Paulo: Hucitec, 1997.

- COLAÇO, Marta Silvia & SILVA, Magnólia Gibson Cabral da. "Potencialidades e limites do turismo cultural sustentável em Campina Grande-PB". Comunicação apresentada no II Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de Campina Grande- PB: 2005
- CORIOLOANO, Luzia Neide. Do local ao global: o turismo litorâneo Cearense. Campinas: Papirus, 1998.
- COROLIANO, Luzia Neide M.T. Da sedução ao turismo de sedução. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). Turismo. Modernidade. Globalização. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- DE MASI, D. (Org). A emoção e a regra: os grupos criativos na Europa de 1850 a 1950. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- _____. A sociedade pós-industrial. São Paulo: SENAC/SP, 1999.
- _____. O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: UnB, 1999.
- DUMAZEDIER, J. Sociologia empírica do lazer. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. Lazer e cultura popular. Tradução de Maria de Lourdes Santos. São Paulo: Perspectivas, 1976.
- DUTRA, José Luís Abreu. Turismo como alternativa de desenvolvimento do semi-árido. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; São Paulo: Folha de São Paulo, encarte em 19 fascículos, out/94 a fev/95.
- FERREIRA, Jurandy Pires. Enciclopédia dos municípios brasileiros. IBGE – 31 de janeiro de 1960. XVII volume.
- FLORES, M.X. et ai. Pesquisa para a agricultura auto-sustentável. Revista de Economia e Sociologia Rural, v.29, n.º 1, p.1-21, jan. 1991.

- FONTELES, José O. . Jericoacoara: Turismo e Sociedade. Sobral: Edições UVA, 2000.
- FORTUNA, Carlos (1995), *Turismo, Autenticidade e Cultura Urbana*, Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 43, CÊS, Outubro, pp.1 1-26.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott . Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997.
- GODOY, A.S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p.57-63, mar./abr., 1995
- GODOY, A.S.
- GOETHE, Johann W. von. Viagem à Itália 1786-1788. São Paulo: Companhia das letras, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, J.G.; VILARINHO, C.; DALE, P.J. Turismo rural em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil, [online]. In: Encontro Nacional da SOBER, Poços de Caldas, ago. 1998.
- GLUCKMAN, Max. "Análise de uma situação social na Zululândia moderna".
- GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Os índios do descobrimento: tradição e turismo. Rio de Janeiro : Contra Capa Livraria, 2001.
- _____. Artes turísticas e Autenticidade Cultural. Veredas: revista científica de turismo. Ano I, no.1, p. 07-21, 2002.
- _____. " A reserva da Jaqueira: Etnodesenvolvimento e turismo".
- In: RIEDL, M ; ALMEDA, J. A e VIANA, A L.B.(Orgs). Turismo Rural: tendências e

sustentabilidades. Santa Cruz do Sul, EDNISC, 2002.

_____. Turismo e Etnodesenvolvimento Indígena. 2003. Não foi publicado.

HABERMAS, Jurgen. Modernidad; un proyecto incompleto. Punto de Vista, Buenos Aires, n. 21, 1984, p. 27 a 31.

HAMMES, V.S. Contribuições para o planejamento agroturístico na área de proteção ambiental de Sousas e Joaquim Egídio (Campinas-SP). Campinas. 184p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Engenharia. UNICAMP, dez. 1998.

HANNERZ, Ulf. Cosmopolitas e locais na cultura global. In: FEATHERSTONE, Mike (org.). O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Studio Nobel, SESC, 1997.

HANNERZ, U. " fluxos, fronteiras, Híbrida: Palavras-chaves da Antropologia transnacionais". In: Mana. Estudos de Antropologia Social. 1997.

IGNARRA, Luiz Renato. Antecedentes históricos; Conceitos básicos de turismo. In: Fundamentos do turismo. São Paulo: Pioneira, 1999.

KOHNLEIN, K. Turismo e meio ambiente no Pantanal e na Chapada dos Guimarães (Mato Grosso, Brasil).[online], 1999.

<<http://www.uni-tuebingen.de/geoghy/staff/koehnlein/pub/kk94-1.html>>.

KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

MACCANNELL, Dean. **The tourist**: a new theory of the leisure class. Berkeley: University of California Press, 1999.

MALDONADO, Simone Carneiro. Georg Simmel: uma apresentação. In: Revista política e trabalho. Universidade Federal da Paraíba, Paraíba. n. 12, set/1996, p. 05-09. Versão eletrônica: Disponível em: <http://www.ccla.ufpb.br/politicaetrabalho/>

MARCATTO, C. Agricultura sustentável: alguns conceitos e princípios, [online]. 1999.

MORIN, E. Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo. 3.ed.
Tradução de Maura Ribeiro Sardinha. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

NETO, Ceciliano Gomes & SILVA, Magnólia Gibson Cabral. Atividade turística ao desenvolvimento sustentável em Cabaceiras – PB. RETC Revista Eletrônica de Turismo Cultural, - ISSN 1981 5646 - www.eca.usp.br/turismocultural 2º semestre de 2007.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org). "A viagem de volta. Etnicidade, Política e Reelaboração cultural no Nordeste indígena". Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

PIRES, P. dos Santos. A dimensão conceitual do ecoturismo. Turismo: visão e ação. Vale do Itajaí, Santa Catarina: UNIVALI, V.I, n.l. 1998.

RODRIGUES, Ana Isabel. Alguns contributos para uma reflexão sobre o estudo do turismo e da comunicação. Portugal: Ipbeja, 2003.

RODRIGUES, Ariete M. desenvolvimento sustentável e atividade turística. IN: SERRANO, Célia ... (et. ai). Olhares contemporâneos sobre o turismo. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento Sustentável – desafio para o século XXI. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2005.

SALGUEIRO, Valéria. Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. Rio de Janeiro: FRAIHA, 2002.

SAPIR, Edward. Cultura “autêntica” e “espúria”. In: PIERSON, D (org). Estudos de organização social, tomo II. São Paulo: Maritins, 1970.

SIMMEL Georg. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo de. Simmel. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

SIMMEL Georg. A filosofia da paisagem. In: Revista política e trabalho. Universidade Federal da Paraíba, Paraíba. n. 12, set/1996, p. 14-24. Versão eletrônica. Disponível em: <http://www.ccla.ufpb.br//politicaetrabalho>

SILVA, Magnólia Gibson Cabral da. "Multiculturalismo e turismo cultural sustentável na Paraíba". Campina Grande: UFPB, 2004.

STEIL, Carlos Alberto. "O turismo como objeto de estudos no campo das Ciências Sociais". In: RIEDL, M ; ALMEDA, J. A e VIANA, A L.B.(Orgs). Turismo Rural: tendências e sustentabilidades. Santa Cruz do Sul, EDNISC, 2002.

TOURAINÉ, Alain. Uma visão crítica da modernidade, Cadernos de sociologia, no 5, PPGS/UFRGS, 1993.

URRY, John. O olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel; SESC, 2001 (3ª edição).

VEBLEN, T. A Alemanha imperial e a revolução industrial: A teoria da classe ociosa. Tradução de Bolívar Lamounier e Olívia Krähen-büll. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

YÁZIGI, Eduardo. Turismo: uma esperança condicional. São Paulo: Global, 1999.

ANEXOS

DEFINIÇÃO DE TURISMO RURAL PELO MINISTÉRIO DO TURISMO

O espaço não urbano, definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE como rural, abriga diversos empreendimentos turísticos que podem caracterizar vários tipos e segmentos de turismo. Além disso, pequenos aglomerados (sedes municipais, sedes distritais, vilas, povoados) considerados urbanos pelo IBGE têm a economia vinculada direta ou indiretamente à atividade agropecuária, inclusive as do setor secundário e terciário, entre elas a turística.

Verifica-se que o centro de interesse do consumidor que se desloca para áreas rurais para fins turísticos está no conjunto que se constitui da atividade produtiva, da natureza e do modo de vida que diferem da paisagem e do ritmo urbanos. Assim, entende-se Turismo no Espaço Rural como um recorte geográfico, onde o Turismo Rural está inserido. Isto é, as muitas práticas turísticas que ocorrem no espaço rural não são, necessariamente, Turismo Rural, e sim atividades de lazer, esportivas, ou ócio de cidadãos que ocorrem alheias ao meio em que estão inseridas. Isto é, considera-se Turismo no Espaço Rural ou em áreas rurais *“todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: turismo rural, agroturismo, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo cultural, turismo esportivo, atividades estas que se complementam ou não”*. (GRAZIANO DA SILVA et al., 1998:14)

A conceituação de Turismo Rural fundamenta-se em aspectos que se referem ao turismo, ao território, à base econômica, aos recursos naturais e culturais e à sociedade. Com base nesses aspectos, e nas contribuições dos parceiros de todo o País, define-se Turismo Rural como: **“o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”**.

Para melhor entendimento desse conceito são esclarecidos os termos a seguir:

Atividades turísticas no meio rural

As atividades turísticas no meio rural constituem-se da oferta de serviços, equipamentos e produtos de:

- hospedagem
- alimentação
- recepção à visitação em propriedades rurais
- recreação, entretenimento e atividades pedagógicas vinculadas ao contexto rural
- outras atividades complementares às acima listadas, desde que praticadas no meio rural, que existam em função do turismo ou que se constituam no motivo da visitação

Meio rural

A concepção de meio rural aqui adotada baseia-se na noção de território, com ênfase no critério da destinação e na valorização da ruralidade. Assim, considera-se território *um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, como ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial*.

Nos territórios rurais, tais elementos manifestam-se, predominantemente, pela destinação da terra, notadamente focada nas práticas agrícolas, e na noção de ruralidade, ou seja, no valor que a sociedade contemporânea concebe ao rural, e que *contempla as características mais gerais do meio rural: a produção territorializada de qualidade, a paisagem, a biodiversidade, a cultura e certo modo de vida, identificadas pela atividade agrícola, a lógica familiar, a cultura comunitária, a identificação com os ciclos da natureza.*

Comprometido com a produção agropecuária

É a existência da ruralidade, de um vínculo com as coisas da terra. Desta forma, mesmo que as práticas eminentemente agrícolas não estejam presentes em escala comercial, o comprometimento com a produção agropecuária pode ser representado pelas práticas sociais e de trabalho, pelo ambiente, pelos costumes e tradições, pelos aspectos arquitetônicos, pelo artesanato, pelo modo de vida considerados típicos de cada população rural.

Agregando valor a produtos e serviços

A prestação de serviços relacionados à hospitalidade em ambiente rural faz com que as características rurais passem a ser entendidas de outra forma que não apenas focadas na produção primária de alimentos. Assim, práticas comuns à vida campestre, como manejo de criações, manifestações culturais e a própria paisagem passam a ser consideradas importantes componentes do produto turístico rural e, conseqüentemente, valorizadas e valoradas por isso. A agregação de valor também faz-se presente pela possibilidade de verticalização da produção em pequena escala, ou seja, beneficiamento de produtos *in natura*, transformando-os para que possam ser oferecidos ao turista, sob a forma de conservas, produtos lácteos, refeições e outros.

Resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural

O Turismo Rural, além do comprometimento com as atividades agropecuárias, caracteriza-se pela valorização do patrimônio cultural e natural como elementos da oferta turística no meio rural. Assim, os empreendedores, na definição de seus produtos de Turismo Rural, devem contemplar com a maior autenticidade possível os fatores culturais, por meio do resgate das manifestações e práticas regionais (como o folclore, os trabalhos manuais, os “causos”, a gastronomia), e primar pela conservação do ambiente natural. É necessário, também, esclarecer sobre o que se entende como Turismo Rural e Agroturismo³.

Para GRAZIANO DA SILVA et al. (1998), Agroturismo compreende as *“atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade. Devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços e bens não-materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc) a partir do “tempo livre” das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão-de-obra externa.”* Grifo nosso (GRAZIANO DA SILVA et al., 1998:14)

Outra abordagem esclarecedora é feita por TULIK (1993), definindo Agroturismo como *uma “derivação do Turismo Rural, mas caracteriza-se por uma interação mais efetiva entre o turista com a natureza e as atividades agrícolas”.* (TULIK, 1993:14)

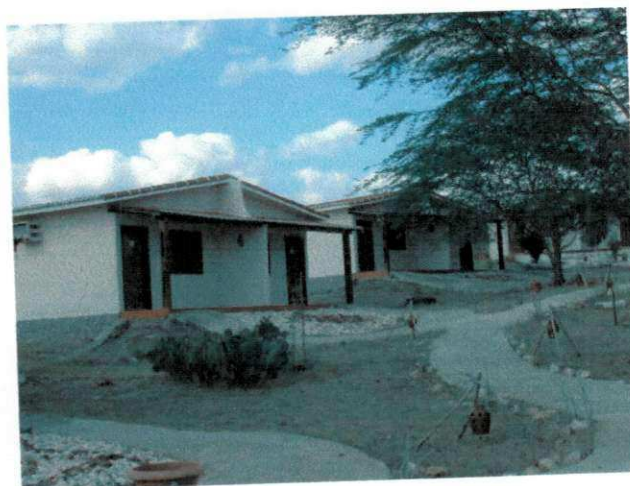
Para fins destas diretrizes, aceitam-se os termos Turismo Rural e Agroturismo. Quanto aos empreendimentos turísticos estabelecidos no espaço rural que não apresentam identidade com o meio rural e, portanto, não se enquadram na definição de Turismo Rural aqui adotada, tem-se ciência que também são capazes de gerar novos postos de trabalho e muitos outros benefícios e, de modo geral, podem contribuir para o desenvolvimento de outras atividades econômicas na região, entre elas o verdadeiro Turismo Rural.

Assim, todos os estabelecimentos turísticos localizados no espaço rural são importantes, devendo fazer parte da classificação dos prestadores de serviços turísticos e das associações de Turismo Rural, e constar nos guias turísticos com suas características explicitadas para o discernimento do consumidor. O objetivo é trabalhar a atividade turística de modo integrado e participativo, sempre considerando os arranjos produtivos locais de cada território, a fim de fortalecer os laços comunais e vicinais, reforçar a coesão social, a cooperação produtiva e a valorização dos elementos naturais e culturais, respeitadas as singularidades, com vistas aos benefícios para as comunidades (Ministério do Turismo).

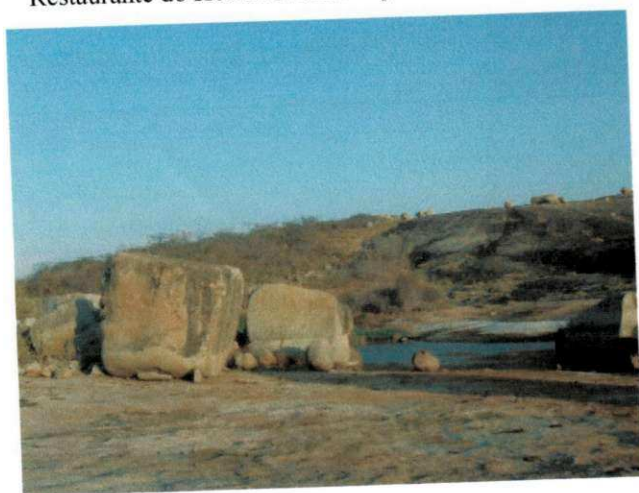
ANEXO II - FOTOS



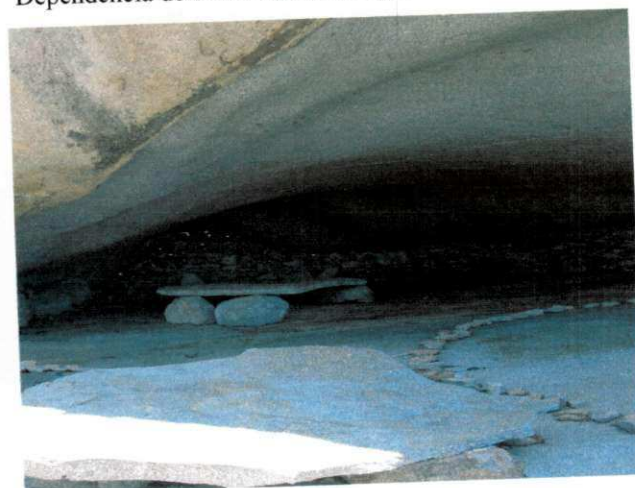
Restaurante do Hotel Fazenda Lajedo de Pai Mateus



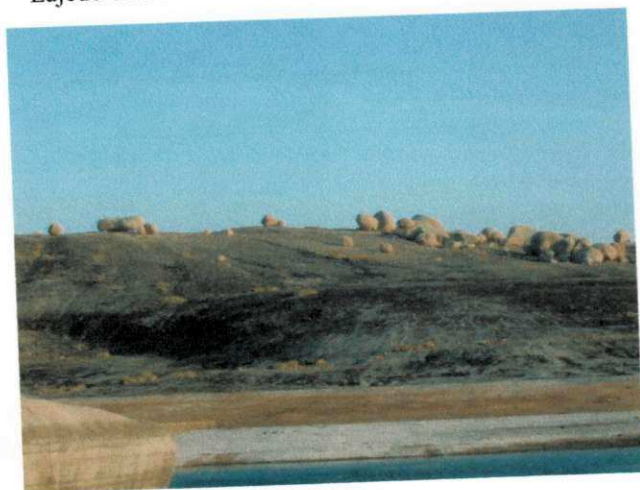
Dependência do Hotel Fazenda Lajedo de Pai Mateus



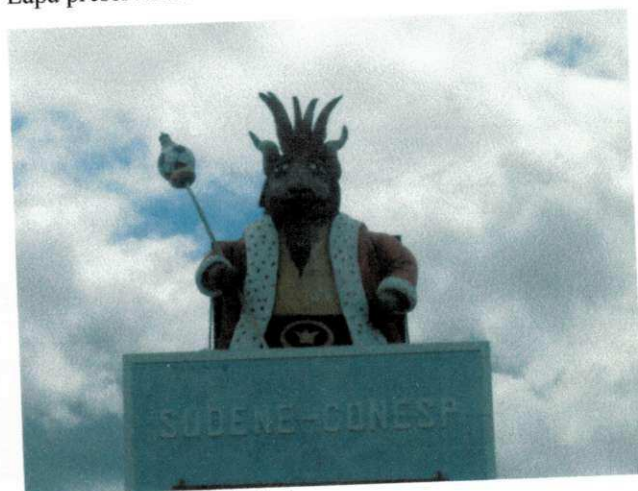
Lajedo de Pai Mateus



Lapa preservada Pai Mateus



Vista do Lajedo de Pai Mateus



Monumento ao Bode Rei



Exemplo de casario preservado.

Fotos de Ceciliano Gomes Neto.

Arquivo do Grupo de Pesquisa em Turismo da UFCG.



Letreiro na entrada da cidade.

Fotos de Ceciliano Gomes Neto.